

SUMÁRIO

- 321 — ● Dom Armando Lombardi nos deixou
- 323 — ● Alocução do Santo Padre
- 327 — ● IV Reunião da Junta Diretiva
- 339 — ● O Adolescente Seminarista e as Férias
— PADRE RALFY MENDES, S.D.B.
- 349 — ● Faculdades Outorgadas — FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY, O.F.M.
- 355 — ● A Vontade que Educa — PADRE ECKINGER, S.J.
- 373 — ● Rezemos Pelas Vocações — Radiomensagem do Santo Padre
- 376 — ● Note e Anote.
- 380 — ● CRB Informa. . .
- 382 — ● Recensões Bibliográficas

DOM ARMANDO LOMBARDI nos deixou

A CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL se associa ao luto da Igreja que, na noite do dia 4 de maio do corrente ano, encaminhou para a eternidade o saudoso Núncio Apostólico no Brasil, que durante dois lustros deu à nossa Pátria o melhor de suas atividades.

S ENTIMOS sua partida, pois sempre encontramos em Dom Lombardi a palavra segura de orientação e estímulo para a nossa Conferência e a amizade sincera de tôdas as horas.

QUE DOM LOMBARDI representou para a nossa Pátria nos 10 anos de sua permanência entre nós digam-no algumas cifras. Nomeados: 109 bispos e 24 arcebispos. Sagrações: 35. Seminários inaugurados por Sua Excelência: 10. Novas arquidioceses: 3. Novas dioceses: 48. Novas prelazias: 16. Novas províncias eclesiásticas: 11. Elevação de prelazias a dioceses: 4. Elevação de dioceses a arquidioceses: 9.

S EM LEMBRAR as múltiplas viagens e encontros inspirados por sua solicitude pastoral, êsses dados são suficientes para imortalizar um Embaixador do Vaticano no Brasil.

E O PRÓPRIO SANTO PADRE PAULO VI, amigo pessoal do illustre extinto, lhe escrevia o epitáfio em telegrama enviado ao Cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara:

“Com profunda dor tivemos conhecimento da morte repentina de nosso digníssimo representante no Brasil, Dom Armando Lombardi, Arcebispo Titular de Cesaréa de Filipo. Ao recordar sua nobre vida gasta com absoluta dedicação ao serviço da Santa Igreja, recordamos com ânimo comovido o homem dotado de grandes qualidades naturais, hábil, forte defensor dos direitos da Sé Apostólica e da causa da civilização cristã. Eclesiástico sinceramente fiel aos sublimes compromissos sacerdotais. Enquanto lhe prestamos êsse testemunho, com reverente lembrança de sua obra perspicaz e altamente meritória, nos concentramos em fervida prece, espiritualmente próximo a seus espólios mortais, para oferecer o nosso tributo de sufrágio à alma eleita que o Senhor chamou ao prêmio eterno reservado ao servo bom e fiel. A quantos conosco cho-

ram tão grave perda, a quantos se associam ao luto e em particular aos familiares do ilustre extinto, e à nobre Nação brasileira que soube admirar seus excelentes dotes de amizade leal e zelo infatigável, e lhe honra a piedosa memória concedemos uma especial e confortadora Bênção Apostólica”.

POR TUDO ISTO e pela amizade especial que esta Conferência sempre mereceu de Sua Excelência, nós religiosos e religiosas do Brasil inteiro nos unimos à Igreja no pesar pela passagem de tão grande filho e invocamos o descanso para sua alma eleita.

R. I. P.

Dados biográficos de

DOM ARMANDO LOMBARDI

SUA EXCELÊNCIA DOM ARMANDO LOMBARDI, falecido no Rio de Janeiro às 23h 30m do dia 4 de maio de 1964, nascera em Cercepicola, Província de Campobasso, aos 12 de maio de 1905.

Foi ordenado sacerdote a 22 de julho de 1928. Obteve as láureas em Teologia, Filosofia e Direito Canônico. Foi Vice-Rietor e exerceu o ministério sacerdotal na cidade de Campobasso.

Em 1935 já era Secretário da Nunciatura no Chile, onde ficou durante quatro anos. Em 1938 foi transferido para a Colômbia até 1940. Trabalhou na Secretaria de Estado do Vaticano até 1950, quando foi nomeado Núncio Apostólico na Venezuela, com o título de Arcebispo de Cesaréa de Filipo.

Em 24 de setembro de 1954 foi transferido para a Nunciatura Apostólica do Brasil, onde exerceu o encargo de um modo extraordinário, como vimos acima, durante quase dez anos.

Nota o “Osservatore Romano”, em sua edição de 11 de maio último: *Os dotes de mente e coração, o espírito de trabalho apoiado numa alta inteligência e longa experiência, fazem de Dom Armando Lombardi um daqueles homens que se impõem à consideração e ao respeito universal. Em toda manifestação de sua vida era sacerdote, e à vocação fielmente seguida com dedicação total foi nele luz e guia nos importantes encargos diplomáticos aos quais o havia chamado a confiança dos Pontífices Romanos.*

Documentos Pontifícios

Alocução do Santo Padre

Texto da mensagem proferida por Paulo VI por ocasião da visita ao Pontifício Colégio Pio Brasileiro de Roma, em 28 de abril de 1964

Senhores Cardeais,
Senhores Embaixadores,
Reverendos Superiores,
Diletos Alunos,

NOSSOS passos conduziram-nos hoje felizmente pela Via Aurélia à vossa casa, Diletos Filhos, para um encontro que satisfaz não somente a uma legítima aspiração vossa de acolher o Vigário de Cristo na terra, mas que dá cumprimento também a uma nossa particular necessidade e desejo de conhecer pessoalmente e mais de perto a vós e o vosso Colégio, que chegou à plena maturidade com os seus trinta anos de vida, de dividir ansias e anelos, ao mesmo tempo que nos oferece agradabilíssima ocasião para dirigir um pensamento agradecido e paterno ao vosso nobilíssimo País, que tivemos o prazer e a honra de conhecer pessoalmente, embora nos limites do tempo que um espaço de poucos dias podia permitir. Começamos a nossa visita pela nova fulgente Capital, Brasília, onde chegamos apenas dois meses depois da inauguração e ao oferecer o Divino Sacrifício, que pela primeira vez — como nos foi assegurado — se celebrava na devota Capela do palácio “da Alvorada”, pensávamos na nova feliz aurora que poderá surgir no Brasil daquele centro de irradiação aberto no coração do País, com pontas avançadas que se ramificam na direção do interior.

De Brasília descemos à operosa e trepidante cidade de São Paulo onde pulsa a vida da Nação inteira em milhares de indústrias que lhe fazem coroa. Dirigimo-nos depois para o Rio de Janeiro, e do alto do Corcovado, sobre o qual se ergue majestosa a grande estátua do Cristo Redentor, de largos braços abertos em sinal de proteção e de união, contemplamos os tesouros de incomparável beleza e encanto, copiosamente espalhados pelo Criador na maravilhosa baía. Para conhecer melhor o vulto íntimo desta última cidade, aprouve-nos encontrar-nos com várias cate-

gorias de pessoas, detendo-nos em particular entre os estudantes universitários e os "humildes" habitantes das "favelas", grimpadas nas encostas, aos quais a Igreja estendera a mão materna e piedosa para soerguê-los.

Bem sabíamos que o Brasil não era tudo aquilo que os nossos olhos tinham podido ver em rápida corrida: faltavam as inexploradas florestas tropicais, que se estendem quase pela metade da superfície nacional; os Estados do Nordeste, que esperam ansiosamente e pacientemente ainda os benefícios do desenvolvimento que caracterizou os Estados do Sul e do Centro-Sul, para os quais inigram grandes massas de população em procura de terras mais generosas. Conhecíamos desde então os graves problemas e as dificuldades que a mesma imensidade do território comporta e cria, quer no setor da vida estritamente civil (instrução, casa, assistência médica), quer no da vida própria da Igreja (instrução e assistência religiosa, vocações eclesiásticas).

Aliás, bem conhecíamos e bem conhecemos o precioso substrato de fé e de vida cristã, que desde a descoberta do novo Continente deu feição à tradição da vossa civilização e a assinalou, e os esforços constantes, generosos, concordes entre os dois podêres — o espiritual e o temporal — para infundir um decidido impulso ascensional ao País.

Para este Brasil, de aspectos diversos e complexos, que constitui uma bem sólida unidade geográfica e sobretudo espiritual, convergiram nas semanas passadas os olhares ansiosos do mundo. Era natural que também o Papa, que sempre nutriu uma especial predileção paterna pelo Brasil, seguisse convosco, Diletos Filhos, com viva trepidação, mas também com esperança segura, o desenrolar dos acontecimentos, porque todos estávamos certos de que o elevado senso de civismo demonstrado muitas vezes pelo Brasil no decorrer da sua história, a reta visão do seu bem comum, a consciência dos vínculos que une os diversos estratos sociais de um só povo, a conatural repulsa da consciência brasileira pela violência teriam poupado ao País feridas dilacerantes.

Longe de querer julgar tudo o que aconteceu — não competiria a Nós fazê-lo — sentimos como dever do nosso ofício e desejo do nosso coração confortar e confirmar os melhores sentimentos de afeição e de fidelidade para com o vosso País neste momento de temores e de paixões.

Também vós certamente tereis sentido crescer nos vossos espíritos uma ânsia particular, que enche habitualmente a alma dos cidadãos bons e honestos, a da ordem civil, a da concórdia e da paz interior de um povo jovem e grande como o vosso. Pois bem, vós, alunos deste Colégio em que reina atmosfera de Roma antiga e da Roma cristã, vós, filhos e futuros apóstolos do Brasil, confirmai nos vossos corações estes sentimentos de nobre civismo e desejai que sejam a fraternidade e a colaboração de todos os seus filhos que façam grande e forte a vossa Nação: e hoje mais do que nunca.

E agora que retornou a calma, a vossa alma se volta para o futuro do vosso País, e também a vós, embora estejais longe e sejais inexperientes dos gigantescos problemas que o afligem, as evidentes necessidades espirituais e sociais do Brasil aparecerão como urgentes e implorantes.

Filhos caríssimos, dir-vos-emos, sempre para o vosso conforto, que fazeis bem em manter o olhar aberto e alma sensível ao futuro e às necessidades da vossa Pátria. Quem não possuísse esta sensibilidade vigilante não seria bom cidadão e cristão sincero. Mas acrescentaremos logo: conservai serena a vossa alma, antes de tudo porque a Providência divina vela pelo Brasil, a sua história o diz, a vossa fé o merece; serena também porque a serenidade do espírito é a melhor condição para avaliar os problemas e para encontrar o modo de resolvê-los, não a agitação, não o ódio, não a paixão, não a aquiescência a ideologias estrangeiras e perturbadoras; e serena, por fim, porque o Brasil é País de grandes meios e de grandes virtudes; meios oferecidos pela natureza, virtudes possuídas pelos brasileiros; um emprêgo sistemático e sábio de tais recursos naturais e morais pode resolver num tempo talvez relativamente breve — assim o desejamos — as questões mais difíceis. Estas permanecem difíceis, sim; mas encaradas com sentido profundamente humano (e será por isso mesmo um sentido cristão), podem quase por si mesmas indicar a via de solução; também porque as mais graves entre elas caem dentro do feixe de luz dos ensinamentos sociais que a Igreja, verdadeiramente Mãe e Mestra, espalhou nestes anos pelo cenário presente do mundo.

Nós queremos esperar — é um augúrio e um voto vivíssimo que formulamos, corroborado com fervorosas preces, — que a vossa Nação também na consciência da missão que lhe compete na vida do continente latino-americano, não só continue em estável tranqüilidade, como dizíamos, e no ordenado progresso, o seu caminho na direção de um futuro melhor para todos, feito de paz, de prosperidade, de justiça, de compreensão mútua e de união concorde entre os cidadãos, mas nem mesmo se detenha na via das necessárias reformas sociais, não tarde a adotar aquelas providências que satisfazem às legítimas exigências das classes trabalhadoras, não faça morrer as esperanças das massas populares numa justa ordem econômico-social, em que as necessidades dos pobres, a instrução e a educação do povo, a assistência social e médica das pessoas menos abastadas, as moradias dos bairros suburbanos das grandes cidades e das desoladas regiões do Nordeste e de outras no interior do imenso território, as transformações da agricultura, as realizações dos planos industriais e assim por diante sejam tidas na devida consideração por parte de todos os que tratam dos interesses públicos e os dirigem.

Um esforço generoso, bem ordenado e decidido, para o qual cidadãos de todas as tendências queiram, por amor do bem público, colaborar para corresponder às graves e urgentes necessidades e às justas aspirações da maior parte do povo, não poderá faltar sem dúvida neste momento orientador do vosso País. Ser-lhe-ão assim poupados — e nos comprazemos de que o tenha sido até agora — o perigo e a triste experiência do comunismo, que conserva intatos e inalterados os caracteres de subversão e de anti-religiosidade.

Confiamos além disso que os Bispos principalmente e com êles os católicos, de modo especial os que lhes estão associados no apostolado, estejam exemplarmente unidos nesta obra e se sirvam do prudente con-

selho daquele que nos representa — o Núncio Apostólico — cuja característica e qualidade de entendido conhecedor e de sincero amigo da vossa grande Nação êles mesmos reconhecem.

Um outro acontecimento chamou nestes dias a atenção para o Brasil. Referimo-nos à transferênc'ia do Senhor Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Arcebispo da grande arquidiocese de São Paulo, desta sé, por êle governada com zêlo e prudência por vinte anos, para a Igreja metropolitana de Aparecida, que já estava confiada ao seu cuidado espiritual, como Administrador Apostólico. Esta transferência, que não foi imposta por nenhum poder, nem sugerida pelas circunstâncias externas contingentes, fôra pedida espontâneamente e há muito tempo — e o dizemos para admiração nossa e louvor seu pelo mesmo Senhor Cardeal e por causa das suas condições de saúde que se tornaram bem precárias, não sentindo mais adequadas as suas fôrças ao ministério pastoral da populossíssima arquidiocese de São Paulo, uma das maiores da Igreja Católica. Com elevada consciência das suas responsabilidades prefere o Cardeal Motta recolher-se, como exemplar sacrifício, à sombra do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, ao qual êle sempre dedicou coração e atividades, com o propósito de levar adiante a grandiosa construção e com o desejo de infundir ao culto mariano um impulso nôvo que mantenha viva e reta no povo brasileiro a devoção a Maria Santíssima e obtenha para o nobre País uma proteção especial da Rainha do Céu.

LIVROS DIDÁTICOS FTD

AOS SEMINÁRIOS E ESCOLAS APOSTÓLICAS

GRAMÁTICA LATINA (de Ragon) Cr\$ 700,00

EXERCÍCIOS DE LATIM (nova edição) correspondentes à Gramática Cr\$ 1 200,00

Desconto especial de 40%

A parte do mestre será fornecida graciosamente a quem adotar os livros acima. Para outros livros, para primário, ginásio, normal e colégio, solicitar o CATALOGO.

Editôra Coleção FTD Ltda.

Rua do Lavapés, 1009

Caixa Postal 15176

SÃO PAULO (12) — Capital

Documentos da CLAR

IV REUNIÃO DA JUNTA DIRETIVA

Os responsáveis da CLAR estiveram em São Salvador,
de 1 a 4 de abril de 1964

Na Capital da República centro-americana de São Salvador realizou-se, de 1 a 4 de abril último, a IV Reunião da Junta Diretiva da CLAR (Confederación Latino-Americana de Religiosos), sob a presidência do novo Presidente, o Revmo. Pe. Manuel Edwards, SS.CC., Provincial dos Padres dos Sagrados Corações, de Santiago do Chile.

Foi a primeira vez que o Brasil deixou de comparecer, estando seus delegados, o Secretário-Geral da CRB e o Revmo. Irmão Agostinho Simão, Provincial dos Irmãos Lassalistas, impedidos de participar na dita Reunião.

Comunicamos, através de nossa Revista: 1) a carta da Sag. Congregação dos Religiosos endereçada à Junta Diretiva da CLAR sobre o problema de "economizar" sacerdotes para o apostolado direto e de fundar institutos intercongregacionais (institutos de Pastoral, de Ciências Religiosas, de Teologia e Filosofia, Noviciado, Juniratos etc.); 2) duas cartas do Secretário-Geral da CLAR às conferências nacionais de religiosos da América Latina; 3) onze incumbências do Secretariado-Geral da CLAR.

I — CARTA DA SAG. CONGREGAÇÃO DOS RELIGIOSOS

Roma, 24 de fevereiro de 1964.

Reverendíssimo Padre:

Muito me é grato fazer saber a V. Revma. algumas observações da Pontifícia Comissão para a América Latina, enviadas a este Sagrado Dicastério, com data de 13 de fevereiro do corrente ano, em ofício número 8723/CAL.

O Exmo. Sr. Cardeal Confalonieri, Presidente da referida Comissão Pontifícia, informa que são notáveis os esforços que vão se multiplicando frente à grave escassez de clero que aflige os países latino-americanos fazendo chegar sacerdotes e religiosos da América do Norte e da Europa. Todavia, várias fontes são de aviso que nessas partes há uma percentagem demasiado elevada de sacerdotes não dedicados *principalmente* à cura de almas; por isso, ainda continuando o recrutamento de elementos de fora, esta Pontifícia Comissão sugeriria que se envidassem todos os meios para liberar de outros ofícios, ainda que louváveis porém menos indispensáveis, o maior número possível de sacerdotes, a fim de permitir a eles se dedicarem à atividade do apostolado direto.

Observamos em particular que na presente organização dos institutos religiosos na América Latina, todos ou quase todos têm centros próprios de formação com os respectivos cursos de filosofia e teologia, ocupando um número de sacerdotes desproporcionado com a freqüência do bem reduzido número de alunos. Ocorre situação similar no caso dos estudos inferiores (escolas apostólicas).

Respeito a tais institutos de formação, a CAL proporia a organização de um "estudo geral" em alguma cidade a cargo das ordens ou congregações mais consistentes, tanto pelo número de estudantes, como pela disponibilidade de professores, onde se concentrarão os alunos dos cursos superiores das demais congregações. Num caso mais factível não estaria mal enviar os estudantes religiosos a um seminário maior diocesano ou regional.

Cada congregação prefere certamente sua educação própria; mas esta, tudo bem considerado, não padeceria detrimento porque os alunos, ainda que recebessem instrução num estudo geral, continuariam vivendo nas respectivas casas de formação.

De resto, não é raro o caso de algumas congregações que, não havendo a possibilidade nem a conveniência de manter um estudo próprio, soem enviar seus estudantes a um seminário diocesano ou aos estudantes de outra congregação. A formação cultural dos aspirantes ganharia com isso e poderia ser mais completa, acompanhada de maiores ajudas didáticas (como bibliotecas, institutos científicos especializados etc.), de que as congregações menores dificilmente poderiam dispor; ademais, dar-se-ia a possibilidade de maior eficiência do professorado. No que concerne também aos colégios católicos, a Pontifícia Comissão refere que muitos sacerdotes se dedicam ao ensino de matérias profanas que poderiam ser convenientemente confiadas a leigos. Para a solução desse último problema bastante difícil, poder-se-ia aconselhar uma "reavaliação" das condições presentes, como se há feito em outras partes. Por exemplo, em outubro transcurso, o Exmo. Cardeal Alfrink, Arcebispo de Utrecht, relativamente a um projeto de ajuda dos católicos da Holanda ao apostolado na América Latina, informava que desde 1957 está em curso uma reorganização das obras e dos serviços com vistas a um maior auxílio à causa missionária e, entre outros, citava a revisão da estrutura das escolas católicas: muitas foram supressas, parte por falta de vocações, parte tam-

bém para que as pessoas assim liberadas pudessem ser enviadas para a África e América Latina.

Rogaria a V. Revma. amavelmente enviasse sugestões da CAL à Junta da CLAR na próxima reunião em São Salvador para um exame exato das mesmas visando o alcance de um plano concreto.

Antecipando agradecimentos pela valiosa colaboração, aproveito de bom grado o ensejo para formular meus melhores votos pelo bom êxito da próxima reunião da Junta Diretiva e expressar-lhe meu paternal alento e distinto aprêço.

Devotadamente no Senhor

I. Cardeal ANTONIUTTI

Pref.

Revmo. Pe. Daniel Baldor, S.J.

Secretário-Geral da CLAR

Bogotá — Colômbia

II — DUAS CARTAS DO SECRETARIADO-GERAL DA CLAR

Bogotá, 25 de abril de 1964.

Revmos. Padres Presidentes

Revmas. Madres Presidentas

Das Conferências Nacionais de

Superiores Religiosos da América Latina:

Tenho o subito prazer de remeter-lhe uma cópia da carta da Sagrada Congregação dos Religiosos, datada de 24 de fevereiro de 1964, dirigida ao Secretariado Permanente da CLAR para ser considerada na IV Junta Diretiva de São Salvador. A IV Junta Diretiva em seu acôrdo n.º 4 encarregou esta Secretaria de comunicar a cada conferência nacional a carta da Sagrada Congregação dos Religiosos. Como V. Revma. pode observar, a Sagrada Congregação insiste nas diretivas que dava na Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae": nela se dizia que para o ano de Pastoral as comunidades religiosas não duvidassem em estabelecer centros comuns, quando o aconselhava o número de alunos e professores.

Muito grato me é indicar a V. Revma. umas tantas experiências de coordenação entre diversos institutos religiosos conforme o alvitre da "Sedes Sapientiae", antecipando os desejos expressos em carta pela Sagrada Congregação dos Religiosos.

Na *Bolívia*, o Colégio intitulado "Da Igreja" para filosofia e professorado é comum para josefinos, maristas e salesianos. O Revmo. Padre Garneró recordou que no Equador os padres salesianos mantinham uma obra parecida, em colaboração com outros religiosos.

No *México*, mais de 90 religiosos de diversas ordens cursam seus estudos superiores no Instituto Inter-Religiosos de San Angel, Faculdade de Filosofia e Teologia, dirigidos pelos padres da Companhia de Jesus.

Também no México encetou-se magnífica colaboração entre as escolas apostólicas de distintas ordens religiosas: todos acodem às classes do Colégio dos Irmãos Maristas, porém vivem em suas casas particulares. Sacerdotes que ficaram livres de dar aulas a 20 ou 25 apostólicos são agora diretores espirituais em colégios de irmãos.

No *Salvador* pudemos visitar o formoso centro dos padres salesianos, o qual em suas aulas acolhe os alunos do Colégio Preparatório Seráfico.

Na *Venezuela* já foi iniciada uma cooperação para formar candidatos à vida religiosa: duas congregações religiosas enviam seus alunos ao colégio dos irmãos lassalistas em Sebucán onde funciona também uma escola normal para religiosos.

No *Chile*, em São Bernardo, 5 congregações, num perímetro de 40 quilômetros mandam todos seus apostólicos ou seminaristas menores ao Colégio do Sagrado Corazón, dos Padres Holandeses. Há mesmo um projeto de instalar em Valparaíso um centro de filosofia e magistério comum a várias congregações, dirigido pelos padres salesianos.

Os institutos de Pastoral, criados pela "Sedes Sapientiae", têm dado exemplo de coordenação liberando professores e biblioteca. A 20 de abril, inaugurava-se solenemente o curso *colombiano* de Pastoral nas faculdades eclesiásticas da Universidade Javeriana: não só recebem alunos de várias congregações religiosas, mas também por várias delas são oferecidos professores. O Instituto Pastoral está também aberto ao clero diocesano.

Exemplar colaboração é dada por religiosos da América Latina em seus institutos de Formação Religiosa, agregados às vezes ao "Regina Mundi" de Roma. De todas as congregações acorrem a esses institutos professores e professoras que pertencem a diferentes comunidades. Na *Colômbia* existe o Colégio "Mater Christi" cujos lentes são de várias comunidades, e as alunas são religiosas que desejam terminar seu bacharelato. 120 religiosas são alunas desse colégio secundário, que tem mais alunos do que alunas.

Sirvam esses moldes para mostrar o quanto já se tem feito na linha da mútua cooperação, com magníficos resultados em todas as partes.

A Sagrada Congregação dos Religiosos está utilizando os serviços da CLAR em ordem a fazer chegar a V. Revma. uma petição encarecida para que considere a maneira mais efetiva e proponha às congregações de ambos os sexos dessa confederação nacional o estudo detido de uma maior cooperação mútua para os fins indicados na carta da Sagrada Congregação.

Permita-me realçar as reais vantagens que nos advirão pela proposta da Sag. Congregação: maior formação dos alunos, liberação de pessoal especializado, possibilidade maior de sacerdotes para as tarefas pastorais.

Por parte da CLAR, resta-nos somente oferecer a V. Revma. o número de exemplares que deseje, tanto desta carta como daquela da Sag. Congregação dos Religiosos: muito prezariamos que V. Revma. estimasse conveniente dirigir algumas linhas, com as aludidas cópias para cada um dos superiores maiores de religiosos e religiosas de seu país; pedir-lhes no prazo de um mês estudem o assunto; convoquem eventualmente talvez uma assembléa geral e resolvam enfim se podemos dar à Sag. Congregação dos Religiosos resposta favorável a seus encarecidos desejos. Como a dita Congregação espera da CLAR uma declaração minuciosa do aprêço que tem merecido a carta que nos envia, rogamos insistentemente a V. Revma. nos comuníque os dados das conferências nacionais, de modo a não faltarem, estas e sua querida nação, na lista dos informes.

Gratíssimo servo em Cristo,

DANIEL G. BALDOR, S.J.
Secretário-Geral da CLAR

Bogotá, 25 de abril de 1964.

Revmos. Padres
Revmas. Madres Presidentas
Das Conferências Nacionais de
Superiores Religiosos da América Latina:

Nesta carta reporto-me outrossim ao escrito da Sagrada Congregação dos Religiosos de 4 de fevereiro de 1964 dirigida ao Secretariado Permanente da CLAR para que se considere a IV Junta Diretiva de São Salvador.

Em sua segunda parte, a carta da Sag. Congregação trata do problema dos colégios católicos da América Latina e expressa sua opinião de que "muitos Sacerdotes estão dedicados ao ensino de disciplinas profanas que poderiam ser convenientemente confiadas a seculares".

A Sag. Congregação aconselha uma "reavaliação" das atuais condições da América Latina. Como estímulo ao nosso estudo, nos supedita o exemplo da Diocese de Utrecht.

Considerado o assunto na IV Junta Diretiva da CLAR, pareceu indispensável levar a mencionada carta ao conhecimento de cada uma das conferências de religiosos da América Latina e fazer ciente a CIEC (interessada diretamente nos problemas educacionais) destes desejos da Sagrada Congregação e da CAL. A Junta Diretiva da CLAR estimou o assunto importante e delicado. Não é questão de suprimir colégios católicos ou duvidar de sua eficácia apostólica; trata-se tão-somente de um melhor aproveitamento de sacerdotes e religiosos; da ajuda que os religiosos leigos e seculares bem formados possam prestar às tarefas educacionais para o bem da Igreja.

Foram trazidos à luz casos em que havendo mais de 10 sacerdotes num colégio, nenhum deles dava direção espiritual aos alunos. Recordou-se também que, às vezes, seculares ministram aulas de Religião enquanto sacerdotes ensinam matérias profanas. A vocação ao sacerdócio e à vida religiosa é especificamente um chamado a tarefas diretamente pastorais e poderia suceder certo desencanto da vocação com estudos predominantemente científicos ou literários.

De um lado foi também aventado na Junta da CLAR que o prestígio dos centros católicos de ensino aconselha, às vezes, a presença de um sacerdote ou religioso em cátedras de ciências e letras; que a participação de numerosos professores seculares muito encarece o ônus da educação. De outro lado, a solução apontada de manter algues classes numerosas, similares às das universidades, com o fito de poupar mestres de ciências ou letras, supõe grave detrimento para a formação dos alunos nos anos do ensino subsequente.

A CLAR, que acredita firmemente na eficácia e atualidade da educação católica na América Latina, também está persuadida de que unicamente uma visão suficientemente ampla e profunda de problema tão complexo, possa nos induzir a satisfatórias soluções.

Os colégios católicos deveriam ser, e o são em certos casos, verdadeiras escolas de chefes, necessárias em qualquer hipótese às necessidades pastorais; por outro lado, para que sejam escolas de chefes católicos faz-se mister que a formação religiosa e social cristã se dê com maior intensidade e projeção face à problemática atual, com a participação ativa de alunos no trabalho do apostolado. Tampouco podemos relegar a massa imensamente maior de alunos católicos que se formam nas escolas do Estado e que requerem da Igreja atenção proporcionada. No século XX não podemos ocultar o valor educativo dos meios de comunicação para as massas que, segundo diretivas do Concílio do Vaticano II, devem ocupar posto primordial em nossas preocupações pastorais.

Tudo isso requer serena consideração; em muitos casos, câmbio de mentalidade; caso contrário, deixaremos sem atenção um que outro dos campos da educação.

A Sagrada Congregação está utilizando os serviços da CLAR para fazer chegar a V. Revma. um apêlo encarecido para que em sua Conferência Nacional de Religiosos e por meio dela na Confederação de Colégios Católicos seja tratado êsse problema com seriedade e técnica.

Se V. Revma. desejar cópias desta carta e daquela da Sagrada Congregação dos Religiosos, teremos muito prazer em lhas expedir.

Como a Sagrada Congregação espera da CLAR uma resposta minuciosa da atenção que têm merecido suas encarecidas recomendações nas distintas nações, êste Secretariado-Geral da CLAR terá muito prazer que sua Nação figure na lista que havemos de dirigir para Roma, dentre as que têm estudado o problema e oferecem soluções construtivas.

Gratíssimo servo no Senhor,

DANIEL G. BALDOR, S.J.

Secretário-Geral da CLAR

III — INCUMBÊNCIAS DO SECRETARIADO-GERAL DA CLAR

O documento final de "incumbências" da Junta do Secretariado Permanente é a melhor crônica dos trabalhos da Junta. Tem a chancela de atualidade, do concreto e da eficácia. São labôres estipulados que se lhe encarregam.

A Junta Diretiva da CLAR, reunida na cidade de São Salvador, República de Salvador, agradece ao Secretário-Geral, Pe. Daniel Baldor, e às imediatas colaboradoras, Irmã Cecília e Srta. Cármen Gianturco, tesoureira e secretária adjunta respectivamente, todo o trabalho que têm desempenhado pela marcha da CLAR e abnegação que não dedicaram ao serviço.

A Junta Diretiva resolve encarregar ao Secretariado as seguintes tarefas:

1. *Estatísticas.* — A secretária angariará os dados que lhe permitam obter ampla visão da presença e trabalho dos religiosos na América Latina, bem como os que proporcionem estudar com objetividade a situação vocacional. Para tanto organizará um arquivo próprio e pesquisará dados estatísticos rogando às conferências nacionais que se lhes enviem, e encarregando a FERES (Federação Internacional dos Institutos de Investigação Eclesiástica e Social) ou outros organismos que os obtenham também. Publicará, à base desses dados, os estudos relativos à elaboração pastoral vocacional em ordem a melhorar a coordenação apostólica e distribuir o pessoal que afluí do exterior.

Não pretendemos acumular dados inúteis nem suplantarmos as estatísticas de cada conferência nacional, mas pensamos ser uma necessidade para que a CLAR não aja às cegas. É evidente que o trabalho se fará por técnicos cuja realização será custosa no tocante ao tempo e dinheiro. Será porém a única maneira de a CLAR realizar estudos de conjunto, úteis a cada conferência nacional — a exclusiva forma pela qual a CLAR possa ser ouvida nas organizações internacionais. . . porque não somos conhecidos.

2. *Secretariado Vocacional.* — A secretária assegurará seu funcionamento, já que é urgente e todos aguardam sua ajuda. Tarefa imediata deste Secretariado, será tomar contato com o centro vocacional de cada conferência nacional e organizar um curso de promotores vocacionais em cada país.

O mesmo Secretariado elaborará uma pastoral vocacional à base de dados estatísticos mencionada em número anterior.

Uma pergunta estava nos lábios de todos: Quando começará a funcionar o Secretariado de Vocações da CLAR? Quando chega seu Diretor? Foi explicada a demora: ele tem se ocupado na pesquisa de pessoal e de subvenções. . . Tanto o Pe. Salvador Bertoni como os Padres Juan Mata Ollé e Jesús Andrés Vela já têm permissão de entrar na Colômbia e são aguardados pelo meio de maio.

Mas, expliquemos também a santa impaciência das conferências nacionais relativa às vocações, ponto muito libentemente considerado por muitas delas e cuja é reclamada a ajuda da CLAR.

3. *"Digesto" para religiosos.* — A secretaria editará uma revista que contenha uma seleção de artigos de atualidade para os religiosos; nesse intento, procurará uma pessoa que coordene os trabalhos condizentes com esse objetivo: leituras de revistas, seleção de artigos, tradução, impressão, distribuição. Aludimos a "seleções" como soem existir em outros campos: Seleções de Teologia, de Sagrada Escritura. . .

Tôda conferência pode opinar sôbre o número de nossas "seleções"; quiséramos que aparecessem quatro vêzes ao ano e viessem à luz públicamente antes da próxima Junta Diretiva.

O coordenador parece ter sido encontrado. O Revmo. Pe. Eugênio, O.C.D., é o Diretor da revista de espiritualidade de mais rápida difusão no mundo. Põe êle à nossa disposição seu dinamismo, prática de imprensa, seu sentido de pub'cidade. "Vida Espiritual", Carrera, 18 43-59, Bogotá, tem permuta com 28 revistas de espiritualidade em vários idiomas. Tôda uma congêrie à disposição de nosso "Digesto".

4. *Casas de formação.* — A secretaria comunicará a cada conferência nacional a carta da Sag. Congregação dos Religiosos referente à coordenação de casas de formação acrescentando as condizentes diretivas que se contêm na "Sedes Sapientiae". Exortará a realização do que se nela propõe, mostrando as vantagens que traz: melhor formação dos alunos, franquia de pessoal, liberação de sacerdotes para tarefas pastorais diretas. Dará a conhecer as experiências havidas e seus resultados.

Pedirá informes sôbre:

- a) casas de formação existentes (escolas apostólicas, filosóficas, teológicas);
- b) número de alunos de cada uma;
- c) total dos sacerdotes de cada uma;
- d) que seja feito o que é projetado a respeito.

Essa "recomendação" pode parecer misteriosa. Existe, com efeito, uma carta da Sag. Congregação dos Religiosos de 24 de fevereiro de 1964 que já se acha em poder das conferências nacionais e que poderá ser enviada aos superiores de religiosos e religiosas que a desejam conhecer. Já foi dirigida à CLAR para a incluir entre os documentos de estudo da IV Junta Diretiva.

A "Sedes Sapientiae" recomendava que para o "ano pastoral" os institutos religiosos de um mesmo país se unam, caso falte o *quorum* suficiente de alunos e professores para o manter em separado.

5. *Sacerdotes nos colégios.* — A secretaria dará a conhecer às conferências nacionais e à CIEC (Confederação Interamericana de Educação Católica) a petição da Santa Sé sôbre o estudo do assunto rela-

tivo aos sacerdotes dedicados ao ensino de disciplinas profanas nos colégios e a conseqüente substituição. Solicitará êsse estudo, consideradas as exigências pastorais e a escassez de sacerdotes, e pedirá que se lhe comuniquem as reflexões e opiniões obtidas. De seu lado, a secretaria examinará o problema para chegar a orientação e soluções que obviem às dificuldades. Perquirirá quem o possa fazer com capacidade. Tema melindroso por já ter sido lançado em público tal discussão nem sempre com suficiente base documentária.

Assunto espinhoso por isso que a Sag. Congregação dos Religiosos pede à CLAR tratá-lo com as conferências nacionais. A CIEC está diretamente interessada na questão. Na Junta Diretiva já foi encetado um diálogo sereno e de relevância, e esperamos poder continuá-lo com os interessados. Êstes são todos os que com mente ampla contemplan as tarefas da Igreja na América Latina na hora do Concílio!

6. *Concílio*. — A secretaria confeccionará um questionário sôbre a colaboração dos religiosos no apostolado com os bispos, tomando como fundamento o que é dito nos esquemas conciliares (da cura de almas — dos religiosos — das paróquias). O mencionado questionário será enviado a cada conferência nacional, com rôgo para que seja devolvido urgentemente com as respostas. A secretaria elaborará um informe preciso que contenha o ponto de vista dos religiosos, após haver conhecido o que opina a CELAM. Fá-lo-á chegar à Comissão do Concílio correspondente. Poderia ser que o Presidente da CLAR fôsse admitido no Concílio como perito?

O encargo se reporta precisamente à colaboração dos religiosos com a Jerarquia na Pastoral de conjunto. Porém, no fundo há um problema mais grave: a justificação e estima da vida religiosa.

Certo projeto de bispos de uma grande nação se fôsse aceito pelo Concílio, segundo o alvedrio da Junta, alteraria os fundamentos da vida religiosa. (Ver a êsse respeito "*PRO-MEMORIA*" para o Concílio a ser publicado no próximo número de nossa Revista). Felizmente na América Latina se tende a uma colaboração frutuosa entre CELAM e CLAR.

7. *Direito Canônico*. — A secretaria preparará um questionário sôbre as modificações desejadas ao Direito Canônico; será êle enviado a cada conferência nacional, pedindo pronta resposta. Aborçoando-se nas respostas, redigirá um comunicado para a comissão respectiva que o levará ao conhecimento das conferências nacionais, valendo-se de peritos.

Sabemos que um mês antes da II Sessão do Concílio foram pedidas às conferências nacionais sugestões a respeito; não, porém, à CLAR. Entretanto, por angústia de tempo, o trabalho não pôde ser concluído.

Cremos com nosso Padre Presidente que as conferências nacionais e a CLAR jogam com seu destino e "vocação". Se concertarmos em pedir o que convém e assegurarmos nossa inquebrantável resolução em colaborar com a Jerarquia, veremos respeitada a vida religiosa.

Dentre nossas conferências latino-americanas foi a da Bolívia que nos comunicou, em carta de 12 de setembro de 1963 o resultado de suas deliberações e requerimentos de reformas ao Direito Canônico:

- maior relêvo na vida comunitária com aplicações à pobreza, à vida litúrgica, à formação dos religiosos;
- estimular o trabalho em equipe não só dentro de cada instituto, como também em relação com os demais e com o clero secular;
- preocupação pelos irmãos leigos, pela formação dos religiosos;
- pedir enfim (coisa interessante!) que, na nova codificação do direito dos religiosos, sejam incluídas as conferências nacionais, assim como as internacionais e continentais.

8. *Cursinhos itinerantes*. — A secretaria verá a maneira de encontrar pessoas preparadas que possam dar cursos breves e especializados de formação nos diversos países.

Recomendam-se particularmente cursos para: mestras e mestres de noviços, diretores de escolasticados, superiores e superiores maiores; verá o modo de os alunos religiosos se especializarem no futuro nessas matérias.

9. *Informação*. — A secretaria informará a cada conferência nacional de tudo quanto possa ser de interesse. Especialmente lhe são pedidas instruções sobre:

- a) ajuda do exterior em pessoal e material;
- b) bolsas de estudos;
- c) conferencistas de interesse que venham à América Latina;
- d) reuniões de organizações de interesses.

A CLAR dará apoio às petições que seus membros fazem a organismos internacionais e para isso será informada pelos interessados.

10. *Dar-se a conhecer*. — A secretaria dará a conhecer a existência da CLAR a todos os organismos da Igreja, ou a estranhos interessados, e comunicará sua existência e finalidade, fazendo ver que é a autêntica representante dos religiosos da América Latina. Valer-se-á da CELAM, de agências noticiosas, da Igreja etc., de todos os meios eficazes para esse fim.

Ponto difícil de realizar é o dos escoliastas, exercitadores "itinerantes": supõe mentalidade conciliar e continental. Mas, até lá chegarmos, quantos esforços isolados e individuais!

Com referência aos itens 9. e 10. compreendemos que uma das maneiras de servir à CLAR é a informação. Para estímulo de todos, revelamos nesta que, em São Salvador, multiplicam-se no mimeógrafo os boletins da CLAR que são expedidos para todos seus religiosos; na Venezuela a FEVER (Federação Venezuelana de Religiosos) tem pedido sejam enviados diretamente os mesmos aos superiores maiores de todos os institutos de perfeição.

11. *Tesouraria.* — A Tesouraria calculará a cota que corresponda a cada conferência nacional e também o número aproximado de religiosos e religiosas de cada país. Enviará mensalmente a tôdas as conferências nacionais o estado de conta respectivamente.

É altamente pedagógico não falar de dinheiro no fim. Foi visto entretanto que tantas tarefas atribuídas ao Secretariado não podem satisfazer sem gastos consideráveis: um religioso, duas religiosas e um mimeógrafo dedicam seu tempo à CLAR. Há de ser aumentado o número quando chegarem mais três que se destinarão ao Secretariado Vocacional.

A Junta Diretiva aconselhava fôssemos ambiciosos nos planos: esperamos a colaboração assinalada que permitirá a subsistência do Secretariado e o atendimento às conferências nacionais.



“Ao meditar, um dia, as maravilhas do corpo humano, pareceu-me ouvir um sermão sobre as grandezas e a bondade de Deus; descobri a minha fronte e entoei o canto de Aleluia!” — disse o grande cientista Ernest von Baer. O corpo humano é realmente uma maravilha. Basta que contemplemos o coração; tão pequenino, este órgão trabalha dia e noite, lubrifica-se automaticamente e renova por si as células cansadas e gastas. Sua atividade é extraordinária: bombeia diariamente para dentro de nossas veias 10 520 litros de sangue, o que equivale a encher um vagão-tanque e para tanto exerce a mesma força que um elevador, que leva 3 pessoas a 100 metros de altura. . .

B. M. A. O.



“Pensa-se com demasiada freqüência que é exclusivamente ao clero que cabe o cuidado do cultivo das vocações — disse um bispo espanhol. É verdade que cabe aos sacerdotes em primeiro lugar o interesse pelo crescimento e amparo das vocações, mas também não em último lugar está a colaboração dos fiéis pela oração e pela educação sacerdotal dos filhos. Diz-se geralmente que uma vocação sacerdotal são 20 anos de preparação e de fé maternal”.

B. M. A. O.

O Adolescente Seminarista e as Férias

PE. RALFY MENDES, S.D.B.

(Continuação do número anterior)

V — DIFICULDADES E PERIGOS DAS FÉRIAS

AINDA que as férias dos nossos adolescentes seminaristas transcorressem em um ambiente moralmente sadio e pudessem êles encontrar sempre a ajuda do clero paroquial e o cuidado e a compreensão dos pais, ainda assim haveria certos motivos para nos preocuparmos com elas. A razão principal desta preocupação está na própria natureza do adolescente cujos traços psicológicos foram resumidos na primeira parte dêste trabalho.

O adolescente é um ser inquieto e, freqüentemente, angustiado. A crise por que êle passa exige muita calma e um ambiente sereno e puro. As profundas exigências dos sentidos, as curiosidades novas são de uma força tal que as menores ocasiões de uma satisfação imediata constituem tentações de violência extrema.

No seminário menor o educador pode seguir com cuidado o desenvolvimento físico do adolescente. Procura, além disso, criar em tôrno dêle uma atmosfera de pureza, afastando tudo aquilo que se poderia encontrar de malsão entre os companheiros, nas conversas, nas leituras.

Mas quem realizará êste trabalho nas férias? O trabalho educativo não se completa, em geral, antes dos 18 anos. O adolescente de 12 a 17 anos ainda não é capaz de autocontrôle, por melhor que seja a sua índole. Ele sente a necessidade de quem o ampare e oriente.

Muitos dos nossos jovens seminaristas sentem-se completamente abandonados durante as férias, inteiramente entregues a si mesmos. Nós os vemos freqüentemente a brincar com primos e primas, amigos e vizinhos sem que os pais se preocupem em saber do valor moral dos seus companheiros de brincueiros.

Graças a Deus, os hábitos de virtude já adquiridos, a oração, os sacramentos, a direção espiritual facilitam a luta, e nós sabemos muito bem que Deus dá sua graça aos que realmente se esforçam. Mas semelhante assistência não foi jamais prometida aos que voluntariamente, e sem razão suficiente, se expõem ao perigo. A "fuga das ocasiões" é citada, em todos os catecismos, como um meio indispensável para se evitar o mal.

Difícil, para não dizer impossível, seria conciliar esta facilidade — com que muitos adolescentes são lançados às ocasiões de pecado — com estas iluminadas palavras de Pio XII em sua Encíclica "Sacra Virginitas" que, em certo modo, completam o seu pensamento expresso anteriormente na "Menti Nostrae" a respeito dos contatos do seminarista com o mundo. Eis o que diz o Sumo Pontífice:

Segundo as lições dos Santos Padres — libertamo-nos mais facilmente dos atritos do pecado e das seduções das paixões, fugindo com tôdas as forças, do que atacando de frente. Segundo São Jerônimo, para conservar a pureza, a fuga vale mais que a luta aberta. . .

Mas esta fuga e vigilância, para não nos expormos às ocasiões de pecado, parece que não são hoje compreendidas por tôda a gente, apesar de os santos as terem considerado sempre o melhor meio de luta nesta matéria. Pensam, de fato, alguns que os cristãos, e especialmente os sacerdotes, já não devem ser separados do mundo como outrora, mas devem, pelo contrário, estar presentes ao mundo e, por conseguinte, arrostar o perigo e pôr à prova a sua castidade, para assim se patentear se têm ou não suficiente força para resistir. Vejam portanto tudo os jovens clérigos, para se habituarem a encarar tudo sem perturbação e para se imunizarem assim contra tôda a espécie de tentação. Dêste modo, facilmente lhes permitem fixar, sem resguardo, tudo o que lhes cai debaixo dos olhos, freqüentar cinemas, mesmo para ver películas proibidas pelos censores eclesiásticos, percorrer tôda a espécie de ilustrações, mesmo que sejam obscenas, e ler até os romances que estão no índice ou que proíbe o direito natural. Concedem-lhes tudo isto sob pretexto de que hoje grande parte da gente alimenta o espírito com êsses espetáculos e publicações, e que é preciso que, os que hão de ajudar, lhes compreendam a maneira de pensar e sentir. É fácil ver a falsidade e perigo de tal maneira de formar o clero e de preparar para a santidade da sua missão: pois "quem ama o perigo nêlo perecerá" (Ecl 3,27).

São muito precisas as palavras de Sua Santidade e, muito naturalmente, podem elas servir de advertência para aquêles que, pelos mesmos motivos, expõem os jovens seminaristas a graves perigos durante as férias, com o pretexto de provar-lhes a vocação ou fazer com que se habituem com a maldade do mundo para se imunizarem. Não sejamos simplórios!... Qual é o jardineiro que expõe às intempéries plantas escolhidas, preciosas, mas ainda tenras, sob o pretexto de as experimentar? Ora, os seminaristas adolescentes são ainda plantas novas e delicadas, que precisam de proteção e só progressivamente se vão habituando a resistir e a lutar.

Já sabemos que no adolescente de 16-18 anos costuma surgir uma nova crise: a do coração. O jovem arrisca deixar-se enleiar pelo encanto

sentimental do amor humano. É normal que êle ponha um dia sua vocação em confronto com o matrimônio, antes de ligar-se com os liames do subdiaconato. Mas tal escolha exige certa maturidade que não existe ainda no rapaz de 16 anos.

Não queremos enclausurar o seminarista. Mas precisamos reconhecer que os pais e os educadores faltariam inteiramente à intuição psicológica se tolerassem, ou impusessem, certas presenças femininas prolongadas em volta dos jovens seminaristas. Que pena malbaratar uma vocação que parecia certa. . .

Não tenhamos fobias nem nos mostremos demasiadamente rigorosos, mas saibamos ter uma justa prudência, por interesse dos nossos adolescentes seminaristas — esperanças da Igreja.

Por quê as precauções ?

Que as férias não devam ser encaradas genericamente e que sobre elas sempre deva haver restrições, o diz muito claramente o mesmo Santo Padre Pio XII na Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae", com respeito às férias dos seminaristas menores de congregações religiosas. Eis as suas palavras: *Não sejam os alunos isolados completamente do mundo, nem lhes seja proibido passar as férias, ao menos em parte, junto de suas famílias, a não ser que isso seja desaconselhado, por circunstâncias especiais de lugar ou de pessoas, a critério dos Superiores.*

Pelo que se tem visto na prática, em nossos dias, parece que "a não proibição das férias" é entendida como uma obrigação de passar as férias, ao menos em parte, junto às famílias. Quanto à segunda parte, "a não ser que isso seja desaconselhado. . .", parece que não é lida por aqueles que deviam se interessar pela formação dos seminaristas. Ou, se é lida e meditada, devemos então supor que não haja, em nenhum recanto do nosso imenso Brasil, circunstâncias especiais de lugar ou de pessoas que tornem as férias prejudiciais.

E será realmente assim?

É constatação comum que o período das férias em família frequentemente neutraliza boa parte do trabalho executado durante o ano escolar. Bem sabem os diretores espirituais e os professores o quanto custa, de tempo e de fadiga, o princípio de cada ano escolar. E mesmo na hipótese de uma normalização bastante rápida e segura, restará, sem dúvida, alguma infiltração do espírito mundano, de idéias erradas, de impressões malsãs.

A experiência de todos os seminários vai dolorosamente constatando que muitas vocações se perdem em tempo de férias. As estatísticas pouco podem dizer sobre o fenômeno das defecções, sobre as causas e sobre as dimensões desta triste realidade. Estamos em um campo moral onde os fatores são múltiplos, complexos e variadíssimos. Mas, na tentativa de um cálculo aproximativo, podemos afirmar que, se sobre 100 alunos que

entram no seminário menor só 10 chegam ao Sacerdócio (admitamos que dos 90 que saem uns 30 a 40% não tinham sido bem selecionados antes da entrada no seminário) restam uns 50 a 60% que se perdem no caminho, ou por falta de generosidade pessoal ou por causas externas.

Parece-me que as férias, entre as causas externas, seja a mais freqüente e a mais decisiva. Por que motivos? Aqui vão alguns que julgo os mais importantes:

1. *Concepção errônea do nosso povo a respeito do Sacerdócio*

A escassez de clero em nossa pátria contribuiu, sem dúvida, para que o nosso povo, em geral, não tenha um conceito adequado do Sacerdócio. É o que se nota freqüentemente tanto nas cidades como nas zonas rurais. Nas Atas do II Congresso Nacional das Vocações Sacerdotais, realizado em São Paulo, em 1956, há um trabalho de Antônio Celso Queiroz sobre a atuação do seminarista durante as férias, em face de resultado de questionários. Faltam, nos questionários apresentados, perguntas que permitam avaliar o conceito dos interrogados sobre o sentido do sacerdócio cristão, mas ressaltam, com freqüência, certos indícios que confirmam a não justa apreciação do mesmo.

Assim, por exemplo, a grandeza da vocação sacerdotal não fôra atingida ainda mesmo por muitos dos que responderam serem os sacerdotes necessários à sociedade. Na JECF, 99% acharam que o padre é necessário, mas apenas 82% admitiriam uma vocação sacerdotal na família. Na JICF, 70% incluíram a vocação sacerdotal como possível para seus filhos. Qual, porém, a percentagem daquelas que, de fato, desejariam essa vocação? No mesmo, 42% dos maridos negariam, e 19% relutariam em dar o consentimento. O clima geral é de indiferença: se a vocação vier... mas é melhor que não venha.

Estes dados foram obtidos em ambiente de católicos que se dizem de "elite", grupos especializados e mais esclarecidos que o povo. São resultados de 1956, e eu ficaria satisfeitiíssimo se me demonstrassem que hoje as coisas melhoraram neste sentido.

Lamentavelmente não se nota grande interesse positivo pelo problema da escassez de clero nem pelo trabalho de promoção e conservação das vocações, embora tenhamos muitas esperanças nas atividades vocacionais que últimamente se vêm realizando em vários setores do clero secular e regular, por inspiração dos secretariados vocacionais.

O "Plano de Emergência para a Igreja do Brasil" (1962) reconhece esta realidade quando lembra que o movimento de vocações sacerdotais tem o principal objetivo de *fomentar a estima pelo sacerdócio e pela vocação sacerdotal, descobrindo, despertando e cultivando autênticas vocações.*

É natural que o adolescente seminarista, por natureza muito impressionável, encontre dificuldades em um ambiente em que sua vocação não é apreciada. Quando mais adulto, mais firme na vocação e mais competido da grandeza e da necessidade do Sacerdócio, ele saberá não só

se defender mas poderá até influir, com o exemplo e a palavra, para corrigir concepções errôneas.

2. O ambiente familiar

A causa, em geral, indicada, como mais influente na escassez e na deformação das vocações é a família, seja por seu materialismo pagão, seja pelo indiferentismo religioso.

O ambiente moderno, com sua tonalidade pansexualista e sua frivolidade, penetra os lares através do rádio, das revistas e da televisão, profanando-os e criando um clima inteiramente desfavorável ao despontar das vocações e ao seu cultivo. Milagrosamente poderão surgir vocações nestes ambientes, mas não estaremos a exigir de Deus outro milagre quando fazemos voltar o adolescente imaturo para este mesmo ambiente que agora, um ano depois, poderá exercer sobre êle influência muito mais nociva? Por que não formá-lo antes, também durante as férias passadas em local moralmente sadio, para que mais tarde possa não só enfrentar mas até melhorar o ambiente?

A família pode ainda influir para esterilizar os germes da vocação do adolescente com os costumes, a linguagem, as comodidades excessivas ou a demasiada penúria, com a promiscuidade de sexos (às vezes por falta de local), a convivência com parentes não bem formados, com as pessoas de serviço doméstico.

3. Dificuldade por parte do clero

Para falar do clero, ninguém com mais autoridade que os bispos. O "Plano de Emergência" acima citado, na parte em que trata da "Renovação do ministério sacerdotal", embora reconheça que aumenta sempre mais entre nós o número dos *padres profundamente apostólicos*, dotados de capacidade concreta de realização e de profundo espírito sobrenatural; reconhece, não sem pesar, que existem também padres dispersamente apostólicos, padres angustiados, padres de atividades puramente exteriores, padres conformistas e padres pessimistas.

Em quase todos os congressos vocacionais se apresenta o teor de vida de muitos dos nossos padres como incapaz de contribuir para entusiasmar as vocações. Algumas vezes esta vida se apresenta por demais sacrificante, isenta de idealismo, tendo o adolescente a impressão de que o padre se arrasta sob o peso do próprio Sacerdócio. O desamparo em que muitos padres se encontram, principalmente na velhice, e a vida demasiadamente isolada de muitos vigários não são também próprias para atrair os jovens.

A juventude gostaria de ver maior cordialidade entre os padres e os paroquianos, maior alegria para se certificarem de que o padre não é um elemento anti-social, um peso morto a se arrastar entre os vivos.

Seria ainda lamentável se o clero local viesse ainda a influir negativamente com a sua conduta, se não má, medíocre; relaxada, materializada

e dispersa em interesses econômicos, em paixões políticas, contendas personalísticas, espírito de insubordinação, de crítica ou de indiferença para com a autoridade eclesiástica. Igualmente lamentável se, nas suas atitudes com relação ao seminarista, demonstrasse descuido ou incompreensão, repreensões desproporcionadas ou injustas, ou então simpatias exageradas e fraquezas. A casa paroquial, fechada como uma fortaleza, ou então demasiado aberta a todos, com presença de mulheres de serviço extravagantes ou sentimentais. . . será isso um bom refúgio para o adolescente seminarista?

4. *As companhias*

Entre os perigos externos, as "más companhias" são os de maior influência negativa. O adolescente se julga mais compreendido pelos companheiros do que pelos próprios pais. Muito natural, portanto, que ele prefira a companhia dos seus coetâneos, os quais nem sempre exercem boa influência.

Nada mais contagioso que o mal. O vício que antes parecia odioso ao menino bem educado apresenta-se, após certos contatos, como sedutor. Já dissera São João Crisóstomo: *Quando um homem de bem se une a um mau, não é certamente o mau que se torna bom, mas o bom que se perverte.* Isto é verdade, sobretudo para os jovens. E como basta pouco para que se produza o escândalo! E mesmo quando o jovem imprudente conseguisse livrar-se da rede do mal, ficariam em si as marcas do próprio mal.

Há um outro perigo latente nas vocações no qual devem pensar os educadores. O jovem pode ser honesto e puro, mas tem o coração exuberante de afeto e experimenta, sobretudo nas horas de solidão, uma necessidade vaga e indefinida de amar. Já durante o ano escolar sentiu-se tomado de um afeto desordenado por um companheiro e, graças à vigilância e aos conselhos dos mestres, tudo foi colocado no seu lugar. Mas, durante as férias, não há mais a vigilância, e as tendências do coração procuram um objeto sobre o qual transbordar-se. É a menina vizinha, uma prima, uma amiga da casa, talvez a companheira de brinquedo da não longínqua infância, com a qual ele, ainda pequeno, brincava como só se brinca naquela idade. Os pais nada percebem. Sabem que eles se conheciam há tempo e têm plena confiança no filho que quer ser padre. E, entretanto, os dois, sem pensar em fazer o mal, encontram-se juntos de boa vontade; não sabem, no início, explicar o que experimentam no coração, mas gostam de se entreter e se despedem com tristeza.

Assim começa o idílio. Tudo poderá cessar aí se o adolescente se abrir com o seu diretor espiritual e se possuir uma verdadeira piedade. Mas se não abrir a sua alma e deixar de rezar. . . o amor humano substituirá o amor de Deus. Ainda que nada de desonesto aconteça, o adolescente já vislumbrou um caminho no qual é possível obedecer a Deus sem o sacrifício das inclinações naturais. Nenhum mal, poder-se-ia dizer, mas

a vocação anuviou-se. E quantas vocações já se perderam por causa disso? . . .

As férias são indispensáveis, mas somos obrigados a reconhecer que são também perigosas. Se não podemos suprimi-las nem diminuí-las, procuremos então o meio de prevenir seus dolorosos efeitos e aperfeiçoá-las.

5. O isolamento e suas conseqüências

Sem um sacerdote com quem conversar (pois há uma infinidade de cidadezinhas, vilas e aldeias sem padres, em nossa pátria), sem um ambiente familiar favorável, sem companheiros que inspirem confiança, só resta para o pobre adolescente seminarista o isolamento e a ociosidade, elementos negativos fundamentais. O aluno, que por nove meses foi assistido, guiado e controlado, sente-se improvisamente abandonado a si mesmo em um ambiente e em condições bem mais desfavoráveis que as do seminário.

Isolado da sua família e do ambiente, não compartilha nem dos seus trabalhos nem das suas preocupações. Parece um estranho entre aqueles a quem tanto ama. Não tendo a atividade de estudos que tinha no seminário e nem tendo, às vezes, em que se ocupar, expõe-se a ficar inativo por todo o tempo das férias, e então . . . vem o desgosto, o aborrecimento.

Sem o pároco para ajudá-lo na observância do regulamento, sem a missa, a confissão, a comunhão (embora por força das circunstâncias), ele acaba passando os dias dispersivamente, sem plano, à baila do capricho e da preguiça. A piedade, que poderia desafogar-se mais amplamente na maior disponibilidade de tempo, fica, as mais das vezes, prejudicada. A vontade e o caráter que, no livre exercício, deviam robustecer-se se atenuam ou se deformam em freqüente repetição de capitulações e derrotas.

O ócio, a negligência nas orações e na freqüência dos sacramentos, as companhias, tôdas estas coisas reunidas e também separadas podem produzir graves inconvenientes na alma naturalmente instável do adolescente. Não creio que haja educadores (conhecedores da psicologia do adolescente e do ambiente em que, geralmente, transcorrem suas férias) que possam discordar nestes pontos. Não creio que haja educadores que, por comodismo ou por razões meramente econômicas, fechem os olhos à realidade e arrisquem a perder tantas vocações, das quais o próprio Cristo quis precisar para levar a cabo sua obra redentora.

As férias, em nosso ambiente brasileiro, para a maioria dos nossos adolescentes seminaristas, faz papel semelhante ao de uma grande tempestade que tudo devasta. Arrasa, em pouco tempo, os esforços de um ano ou mais: os bons conselhos, as fecundas influências das orações e dos sacramentos.

Não negamos o valor das férias em família, em ambiente moralmente sadio, com a assistência do pároco. Não deixa de ser interessante, sob o ponto de vista pedagógico, que o adolescente mostre o que é capaz de fazer sozinho, quando não é sustentado pelo ambiente do seminário. Mas não é necessário que esta prova, que parece indispensável, se torne

um enforcamento da vocação. Nesta idade crítica, abandonar inteiramente o jovem a si mesmo, sem ajuda, sem contrôle, em um mundo paganizado, é o mesmo que destiná-lo a uma perda quase certa.

VI — CONCLUSÃO

Sem descuidar nenhum dos meios de preservação que se adaptam a todos, há um outro que se usa ainda em medida muito restrita, mas que pode prestar grandes serviços a muitos adolescentes: são as *casas de férias* ou *casas de campo*.

Quando há tôdas as garantias necessárias na família, podem ser preferidas as férias junto ao lar paterno, porque êste é, ou devia ser, o ambiente melhor, onde se deveriam encontrar todos os elementos que dificilmente se encontrariam alhures. Como sabemos, porém, que, na maioria dos casos, o próprio ambiente familiar não é favorável à vocação, julgamos de grande vantagem e até de grande necessidade as casas de férias onde sobretudo os adolescentes seminaristas passariam um ou mais meses.

Estas casas seriam grandemente providenciais para os jovens da cidade, cujos pais trabalham durante o dia e os deixam expostos ao contato da rua; ou para os que moram no interior, isolados, sem o pároco, em contato com trabalhadores do campo, em perigosa promiscuidade.

Organizadas, não só como meio de distração, mas também de preservação e educação, as casas de férias proporcionariam vantagens preciosas para a alma e para o corpo. Exigiriam, sem dúvida, sacrifícios de sacerdotes para cuidar dos alunos neste período e entretê-los com sadios divertimentos. Mas sacrifícios que seriam abundantemente recompensados.

Seria lamentável que os superiores de seminários não encontrassem sacerdotes bem dispostos para êste trabalho durante as férias. É muito fácil encontrar, mesmo entre professôres de seminários, quem critique com veemência a burguesia, em defesa das classes pobres. Mas não é muito fácil encontrar, entre êstes mesmos professôres, quem queira sacrificar *suas férias burguesas* em benefício das vocações dos jovens seminaristas.

Bastará, durante êste tempo, uma direção vigilante, empenhada em mantê-los na linha de conduta do seminário. Será preciso dar-lhes aquela liberdade que é própria da idade, mas vigiá-los para que não abusem. Com uma suavidade firme e uma firmeza suave, as férias poderão transcorrer maravilhosamente também para os encarregados da disciplina.

Os colaboradores desta obra devem ser sacerdotes jovens, expertos, de olhos abertos para observar tudo, mas ardorosos e entusiasmados para entreter os adolescentes durante os dias com alegres excursões, competições esportivas, exibições teatrais todos os domingos, apresentação de números de música instrumental e vocal, trabalhos manuais em madeira, modelagem, desenho, pintura, coleções de insetos e vegetais, álbuns de selos, de "santinhos" e de gravuras históricas.

Muitos destes trabalhos poderão merecer um prêmio no fim da semana. Com uma suave aula de latim ou língua pátria todos os dias. e com as práticas de piedade diárias, os dias de férias serão repletos e passarão rapidamente, com ótimos resultados educativos. Estejam certos os sacerdotes encarregados de que, com este trabalho, terão desenvolvido um ótimo apostolado e merecido muito diante de Deus.

Não tenhamos escrúpulos em pensar que, com isto, os estamos afastando dos pais e contribuindo para diminuir o amor dos filhos para com eles. A experiência nos diz que, se eles estivessem em casa, não estariam com os pais, mas sim na rua com os companheiros. Já ressaltamos que a fuga do convívio familiar é uma das características do adolescente. Ele prefere o convívio dos coetâneos ao contato com a família. E nem pensemos que, com isto, diminuirá o amor deles para com os pais. O verdadeiro amor não se alimenta tanto com a presença mas sobretudo com o sacrifício. A falta que eles sentem dos pais (os quais, entretanto, poderão sempre visitá-los) há-de contribuir para que, dia a dia, mais lhes aumente no coração o amor para com eles. Não haverá, por isso, nenhuma deformação no desenvolvimento da vida afetiva do adolescente seminarista, ainda mais porque os pais compreendem que nosso objetivo não é arrancar-lhes o filho, mas formá-lo bem para eles mesmos, para a Igreja, para Deus.

Em casas de campo bem organizadas (até mesmo em fazendas generosamente cedidas, na falta de local apropriado) nossos jovens seminaristas encontrarão um repouso no qual o próprio caráter e o espírito adquirirão maior maturidade. E no início do novo ano escolar, teremos a alegria de vê-los retomar os estudos com forças renovadas, com uma consciência mais precisa das suas obrigações, e uma visão mais clara e mais segura do seu ideal.

Os educadores dos seminaristas terão, assim, executado cabalmente sua função de mediadores humanos e colaboradores do Espírito Santo na evolução da vocação daqueles jovens que lhes foram confiados, porque traziam em si os sinais da vocação divina.

Bibliografia :

Este trabalho nenhum valor teria se constasse apenas de idéias minhas e das experiências que adquiri em 16 anos de trabalho em seminários (casas de formação) e 5 anos de convívio com párocos e fiéis de mais de 100 paróquias. Se nêle algo há de aproveitável é o que fui buscar nas seguintes fontes:

A) Sobre o conceito de vocação e o problema das férias:

- Vários artigos da revista "Vocation", Paris, VII
- Idem na revista "Seminarium", Città del Vaticano
- Idem na revista "Seminários", Salamanca, Espanha
- Idem na "Revista Eclesiástica Brasileira", Petrópolis, RJ

- Idem na "Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil", Rio, GB
- E. Valentini ed altri: "Studi sulla Vocazione", SEI, Torino, 1953
- Camillo Bensi: "La Vocazione non va in vacanza", Firenze, 1960
- Berthet: "Prêtre, prépare ta relève", Ed. Fleurus, Paris, 1958
- Berthet: "Foyers chrétiens et relève sacerdotale", Ed. B.P., Paris, 1959
- Géraud: "Itinéraire médico-psychologique de la Vocation", Mappus, Paris, 1959
- Pinault: "Scelta e cultura delle vocazioni" (trad. ital.), Ancora, Milano, 1946
- "L'Esortazione MENTI NOSTRAE e i Seminari", Tip. Poliglotta Vaticana
- Actas do II Congresso Nacional de Vocações, São Paulo, 1956

B) Documentos Pontifícios

- Pio X: "Haerent animo" (Exortação ao clero)
- Pio XI: "Ad Catholici Sacerdotii" (Sobre o Sacerdócio Católico)
- Pio XII: "Menti Nostrae" (Sobre a Santidade da Vida Sacerdotal)
- Pio XII: "Sacra Virginitas" (Sobre a Sagrada Virgindade)
- Pio XII: "Sedes Sapientiae" (Sobre a formação religiosa, clerical e apostólica)
- João XXIII: Discurso aos participantes do I Congresso Internacional das Vocações
- Paulo VI: "Summi Dei Verbum" (Na Comemoração do 4.º Centenário da Instituição dos Seminários)

C) Sobre a Psicologia do Adolescente:

- Stanley Hall: "Adolescence", 2 vols, Appleton, London, 1937
- Charlotte Buehler: "Kindheit und Jugend", Hartzel, Leipzig, 1931
- Pierre Mendousse: "L'âme de l'adolescent", Alcan, Paris, 1948
- M. Debessa: "L'Adolescence", Plon, Paris, 1950
- Agostino Gemelli: "La Psicologia della età evolutiva", Giuffrè, Milano, 1953
- Arnold Gesell: "Youth, the years from ten to sixteen", Harper, N. York, 1956
- Andrea Maggiali: "Psicopedagogia dei Candidati al Sacerdozio", Ave, Roma, 1960



"Extirpar da alma dos moços as mesquinhas ambições e nelas despertar a consciência social, eis, parece, o primeiro trabalho que se impõe. Isso não requer ensino ou professor especial. Cada mestre, qualquer que seja sua atribuição e nada mudando à mesma, pode ser o artífice da obra. O vigilante que conduz alunos pelas ruas, ou o professor de latim ao explicar o "De Viris Illustribus", acham-se ambos na situação de cooperar na tarefa, bem como o diretor de congregação ou lente de filosofia. É só querer".

Direito dos Religiosos

Faculdades Outorgadas

FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY, O.F.M.

PELO Motu Proprio "Pastorale munus", de 30 de novembro de 1963, concedeu o Santo Padre Paulo VI, aos srs. bispos, 40 faculdades e 8 privilégios. Tais faculdades, contidas antes em parte nas faculdades quinquenais ou decenais outorgadas aos Ordinários locais, tornaram-se ora estáveis e permanentes, "tanto para colocar na sua luz a dignidade episcopal como para tornar mais eficiente e mais fácil o ministério pastoral".

Embora nos refiramos aos srs. bispos, é de notar porém:

1.º — que sob a designação de bispos residenciais se entendem também os vigários e prefeitos apostólicos, os administradores apostólicos constituídos de maneira permanente, os abades e prelados *nullius*, dentro do seu respectivo território;

2.º — que os mesmos podem delegar as faculdades, mas exclusivamente ao bispo-coadjutor, aos bispos-auxiliares e ao vigário-geral, sendo este chamado vigário-delegado nos vicariatos e prefeituras apostólicas;

3.º — que os pedidos ou recursos podem ser encaminhados ao vigário-geral, constituído para os religiosos, pois é de supor que êle possua as atribuições necessárias.

Vejamos agora as faculdades que poderão beneficiar também os religiosos e religiosas, subordinando-as a títulos livremente escolhidos.

Missa

1. *Jejum eucarístico.* — O bispos podem permitir aos sacerdotes, quando celebram duas ou três missas, tomar alguma coisa como bebida, mesmo que seja menos de uma hora antes da dita celebração.

2. *Binação e trinação.* — Os mesmos podem conceder aos sacerdotes permissão de celebrar duas missas nos dias feriais por *justa causa e por motivo de escassez de clero*; e também a de celebrar três missas nos domingos e dias de guarda, sempre que o exijam as *necessidades pastorais* (n.º 2). Fica bem claro que para a binção em qualquer dia basta uma

justa causa unida à falta de sacerdote que possa e queira celebrar para evitar a binação. Todavia, requerem-se necessidades pastorais para que os bispos possam conceder a trinação.

3. *Hora.* — Podem conceder aos sacerdotes, por *justa causa*, a permissão de celebrar a missa em qualquer hora do dia (n.º 4).

4. *Lugar.* — Compete-lhes permitir aos sacerdotes: a) a celebração da missa em altar portátil fora do lugar sagrado, contanto que se trate de um lugar digno e decente; nunca, porém, num quarto de dormir, exigindo-se apenas *justa causa*, quando se tratar de casos particulares, causa mais grave, no entanto, para a celebração habitual (n.º 7); b) celebrar, por *justa causa*, no mar e nos rios, usando sempre das devidas cautelas (n.º 8); c) celebrar missa em casa, mas não no quarto, todos os dias, mesmo nas festas mais solenes, salvo sempre as disposições litúrgicas, podendo contudo obter a permissão de permanecer sentados quando não puderem ficar de pé, isto no caso de sacerdotes enfermos ou de idade avançada (n.º 10).

5. *Altar.* — Aos sacerdotes que têm o privilégio de usar altar portátil podem os bispos conceder a faculdade de substituir a pedra de ara, tendo para isso uma causa justa e grave, pelo "antimensium" dos gregos ou por um pano bento pelo bispo, em cujo canto haja relíquias dos Santos Mártires, igualmente reconhecidas pelo Ordinário, observando-se no mais as prescrições das rubricas, sobretudo no que se refere às toalhas e ao corporal.

6. *Formulários de missas para sacerdotes doentes.* — Os bispos têm a faculdade de conceder: a) aos sacerdotes que sofrem da vista ou de outra enfermidade a permissão de celebrar diariamente a missa votiva de Nossa Senhora ou a missa dos defuntos, com a assistência, se fôr necessário, de um outro sacerdote ou diácono, e observando no mais a instrução da Sagrada Congregação dos Ritos de 15 de abril de 1961 (n.º 5); b) aos sacerdotes completamente cegos é dada a mesma permissão, contanto que sejam sempre assistidos por um outro sacerdote ou diácono (n.º 6).

7. *Estipêndios.* — Os ditos prelados podem: a) de acôrdo com a taxa legitimamente estabelecida na diocese, reduzir, por causa da diminuição da renda, enquanto perdura a causa, as missas de legados, independentes de outras pessoas morais ou físicas, contanto que não haja quem seja obrigado e possa ser forçado com proveito a aumentar a esmola (n.º 11); b) reduzir também os ônus e os legados das missas inerentes aos benefícios ou outras instituições eclesiásticas, se a renda do benefício ou da instituição se tiver tornado insuficiente para o honesto sustento do beneficiado e para a execução das obras talvez anexas ao dito benefício, ou para a obtenção conveniente do fim próprio da mesma instituição eclesiástica (n.º 12).

Sagrada Comunhão

Os bispos podem permitir que, respeitadas as prescrições da lei, a Sagrada Comunhão seja distribuída de tarde (n.º 4).

Crisma

Aos capelães de quaisquer hospitais, orfanatos e cárceres podem os bispos conceder a faculdade de administrar, na ausência do pároco, o Sacramento da Confirmação aos fiéis que se achem em perigo de vida, salvo as normas estabelecidas pela Sagrada Congregação dos Sacramentos pelo Decreto "Spiritus Sancti munera", de 14 de setembro de 1946, quanto ao sacerdote que administra o Sacramento da Confirmação (n.º 13).

Ofício Divino

Os bispos podem comutar, por causa da debilidade da vista ou por outro motivo, o ofício divino pela recitação cotidiana de pelo menos a terça parte do santo Rosário ou outras orações (n.º 26). A Constituição sobre a Sagrada Liturgia "Sacrosanctum Concilium", sob n.º 97, e o Motu Proprio de Paulo VI, n.º VII, de 25 de janeiro de 1964, ampliam esta faculdade consideravelmente.

Ordenação

Gozam os bispos da faculdade de conferir ordens sacras fora da catedral e fora dos tempos estabelecidos, sem excluir os dias da semana, caso haja utilidade pastoral (n.º 18).

Dispensas

1. *Em favor de clérigos e sacerdotes*

a) *Da idade.* — Por justo motivo, os bispos podem conceder aos ordenandos a dispensa da falta de idade que não ultrapasse seis meses (n.º 15).

b) *Da ilegitimidade.* — Podem admitir no seminário filhos ilegítimos, posto que tenham as qualidades requeridas para a admissão ao seminário e não se trate de adúlteros ou sacrílegos (n.º 31).

c) *Do impedimento da Ordem.* — Podem dispensar do impedimento da Ordem que liga os filhos de católicos, enquanto os pais permaneçam no erro (n.º 16).

d) *De certas irregularidades.* — Assiste-lhes o direito de dispensar, em favor dos já ordenados, tanto para que possam celebrar a missa, como

para que possam obter e conservar benefícios eclesiásticos, de algumas irregularidades provenientes quer de delito quer de defeito, contanto que disto não se origine nenhum escândalo e o ministério do altar seja executado como está prescrito; excetuam-se, porém, as irregularidades das quais falam os números 3 e 4 do cânone 985 do Código do Direito Canônico, exigindo-se de outro lado a abjuração nas mãos do absolvente, em se tratando do crime de heresia ou cisma (n.º 17).

2. Em favor dos religiosos em geral

a) *Quanto à admissão ao noviciado.* Os bispos gozam do direito de dispensar, a pedido do superior competente: 1) do impedimento que liga os candidatos à religião que aderiram a uma seita acatólica (n.º 35); 2) do impedimento de ilegitimidade dos candidatos que se destinam ao sacerdócio, como podem dispensar em favor de outros que estiverem proibidos por prescrição das constituições de entrar na religião. Em ambos os casos excluem-se, no entanto, os adúlteros e os sacrílegos (n.º 36).

b) *Quanto ao dote.* — A pedido do superior competente, podem perdoar, total ou parcialmente, o dote que as postulantes a serem admitidas num mosteiro de monjas ou em outra religião qualquer, ainda que de direito pontifício, deverão trazer (n.º 37). Em virtude do cânone 547, § 3, esta faculdade competia aos bispos exclusivamente com relação às congregações de direito diocesano; agora, abrange também os institutos de direito pontifício e mesmo as monjas. É claro que procederá com prudência, sobretudo em se tratando destas últimas.

Licenças

1. *Quanto à passagem para outra congregação.* — Os bispos podem permitir aos religiosos e religiosas a passagem de uma congregação de direito diocesano para outra (n.º 38). De acordo com o cânone 632, exigia-se também neste caso um indulto apostólico.

2. *Ablução de sanguinhos etc.* — Aos mesmos fica outorgado o direito de permitir a minoristas, religiosos e religiosas, leigos bem como ainda a mulheres piedosas, que façam a primeira ablução das palas, corporais e purificatórios (n.º 28). Segundo o cânone 1306, § 2, isso deveria ser feito por um clérigo que fôsse ao menos subdiácono.

3. *Clausura.* — Aos bispos que, por justa causa, podem entrar na clausura papal dos mosteiros de monjas existentes na sua diocese, é igualmente concedida a faculdade de permitir que, havendo justa e grave causa, também outros sejam admitidos e as monjas dela possam sair, pelo tempo verdadeiramente necessário (n.º 34). Os artigos 24 e 25 da Instrução de 25 de março de 1956, sobre a clausura papal das monjas, referiam os casos em que se podia pedir à Santa Sé licença para sair. Este recurso

já não é necessário. O artigo 26 declarava que o Ordinário, o superior regular ou o delegado dêles estariam autorizados a entrar na clausura dos mosteiros por ocasião da visita canônica, mas unicamente para inspecionar os lugares. A nova faculdade permite ao bispo entrar, por justa causa, nos mosteiros de monjas da sua diocese, e autoriza-o a conceder que outros entrem, havendo justa e grave causa. As entradas e saídas não devem ultrapassar o tempo verdadeiramente necessário.

4. *Confessores.* — O bispo pode confirmar até cinco triênios o confessor ordinário das religiosas, quando por escassez de sacerdotes idôneos para esse ofício não fôr possível prover de outro modo, ou quando a maioria das religiosas, compreendidas também as que em outros assuntos não têm voto, por votação secreta, concorde na confirmação do confessor; as de parecer contrário, se quiserem, têm direito que se providencie de outro modo (n.º 33).

Outras faculdades

1. *Relativamente à confissão.* — Os bispos podem conceder a confessores, que se distingam por ciência e prudência, a faculdade de absolver, durante a confissão sacramental, quaisquer fiéis de tôdas as censuras, ainda que reservadas, exceto, no entanto: a) as censuras “ab homine”; b) as reservadas de modo especialíssimo à Santa Sé; c) as anexas à revelação do segredo do Santo Ofício; d) a excomunhão que liga os sacerdotes e a todos os que com êles presumirem contrair matrimônio, mesmo que seja apenas civil e atualmente viverem juntos (n.º 14).

2. *Bens eclesiásticos.* — Aos mesmos bispos assiste o poder de dar licença, tendo causa legítima, para que os bens eclesiásticos possam ser vendidos, onerados, hipotecados e remidos através da enfiteuse e as pessoas morais eclesiásticas possam contrair empréstimos num montante equivalente à soma que, conforme proposta da Conferência Nacional ou Regional dos Bispos, tiver sido aprovada pela Sé Apostólica (n.º 32).

3. *Ereção da via-sacra.* — Compete-lhes o direito de conceder a sacerdotes a faculdade de erigir vias-sacras, exceto nas paróquias onde existam casas religiosas que, por concessão apostólica, gozam dêste privilégio (n.º 30).

4. *Exclusão de um religioso da diocese.* — Por causa gravíssima e não tomando o superior maior, embora advertido, as providências devidas, os bispos podem demitir um religioso da diocese, ficando porém obrigados a comunicar a ocorrência imediatamente à Santa Sé (n.º 39).

5. *Leitura e conservação de livros proibidos.* — Mesmo por intermédio de outras pessoas prudentes e idôneas, os bispos podem conceder a cada um de seus fiéis a licença de ler e conservar, de maneira que não

possam chegar a mãos de outrem, livros e revistas proibidos, ainda que propaguem, propositadamente, a heresia ou cisma, ou procurem solapar os fundamentos da religião. Todavia, a faculdade só pode ser outorgada aos que precisam desta leitura para combater tais publicações ou para cumprir convenientemente o seu múnus ou para fazer com proveito os seus estudos (n.º 40). Estamos aqui diante de uma grande inovação, pois: 1) o bispo poderá conceder a faculdade através de outras pessoas à sua escolha; 2) a concessão compreende livros e revistas que atacam os próprios fundamentos da religião, enquanto que as faculdades anteriores excluía, geralmente, esta espécie de leituras.

6. — *Privilégios dos religiosos.* — Observando o texto e a extensão, os bispos podem usar, em proveito dos fiéis, dos privilégios e faculdades de que gozam os religiosos com casa na sua diocese (n.º 29). É justo que o bispo tenha na sua diocese as faculdades que por concessão especial assistirem aos religiosos. Para realçar o ofício episcopal, o Santo Padre Paulo VI atribuiu, por esta mesma ocasião, mais oito privilégios especiais aos senhores bispos.



Um cientista americano pôs em frias bases comerciais o valor material do homem: "Há no corpo humano — disse êle — água suficiente para lavar uma toalha; cálcio para branquear uma parede do quarto de dormir; ferro para confeccionar cinco pregos, o insuficiente para pregar um caixão; grafite para alguns lápis, fósforo para uma caixinha; tudo não perfazendo o valor de um único dólar. Eis o resultado a que chegou um cientista, após consciencioso cálculo do valor material de um corpo humano. Magro balanço, realmente, se o valor do homem terminasse por aqui. O elefante valeria muito mais do que o mais benemérito dos homens... Para o capitalista o homem não é senão uma máquina de produção, que se avalia segundo suas possibilidades de produzir... Entretanto o comunismo e o capitalismo erraram os cálculos, porque o homem é muitíssimo mais do que matéria; o homem é obra-prima de Deus, dotado de alma imortal, criada diretamente por Deus e brindada, no santo Batismo, com a vida da graça, a vida divina.

Educação

A Vontade Que Educa

PE. ECKINGER, S. J.

(Continuação do número anterior)

O Educador Ideal

O ÚLTIMO segredo de uma educação eficiente depende de certas qualidades pessoais do educador, depende da sua personalidade. Em nenhuma outra profissão é a relação de pessoa para pessoa tão decisiva. Senão o mais sábio seria também o melhor educador, ele que conhece a natureza humana, a vontade humana, todo o psiquismo humano em seus meandros e filigranas com maestria. No entanto uma mulher do povo pode acertar a educação melhor que ele. A nosso ver, são as seguintes qualidades que formam o educador com sucesso: 1) vontade soberana; 2) inteligência superior; 3) bondade de coração; 4) exemplo sem par.

1. *Uma vontade soberana*

Colocamos a vontade em primeiro lugar. Pois é esta que prende a criança. O intelecto dá luz, mas a vontade dá o impulso. A ordem de nossa parte segue sem mais a execução por parte da criança. Só de saber que nós o queremos, é bastante para a criança se sentir inclinada a executar nossa vontade. Nossa vontade é a causa e a razão de sua vontade. *Ipsa mota, voluntas alias secum rapit* — diz a Escola.

É assim que deve ser, especialmente na idade necessitada de "educação". Por falta de compreensão, de suficiente madureza do juízo, é incapaz de julgar com acerto por si. Outros têm de suprir esta deficiência.

O ardor com que hoje em dia se comprazem em atacar e combater toda "violência" e todo "mecanismo" na educação tem direito de valer, só se o educador quisesse restringir-se ao uso principal ou exclusivo deste meio. No mais, revela não só preconceito, mas deficiente conhecimento da psicologia infantil e em geral da psicologia das massas. Perguntamos: o funcionário público, o soldado, o empregado deve refletir dúzias de

vêzes por dia sôbre os motivos de sua obediência ao patrão? Nos casos comuns, não lhe deve ser o bastante saber que foi mandado? E uma vez que para a maioria dos homens não vai caber outra sorte a não ser essa de obedecer todos os dias de sua vida, então não se devia incriminar ao educador como falta, mas inculcar como lei, o dever de sujeitar a vontade da criança a sua própria vontade: justamente a fim de que aprenda a se sentir ligado e obrigado pela simples vontade de um outro.

Concedemos que nem todo educador é capaz de realizar isto de modo eficiente. E por quê? Por lhe faltár a vontade superior e soberana. Isto é: por lhe faltar a fôrça de fazer valer a sua vontade. Não poucos pedagogos modernos receiam esta fôrça. Querem dar o primado ao amor, à bondade. Esta seria o segrêdo do sucesso na educação. Respondemos:

a) Não queremos negar de forma alguma que o amor do educador pela criança tem muito poder sôbre a vontade dela. Mas esta obediência, que a criança só presta por se saber amada, é uma obediência enervante, que falha no momento do duro dever. E freqüentemente não passa de um mais ou menos fino ou grosseiro egoísmo, que sabe explorar o amor do educador para seus fins interesseiros. E serão um dia aquelas crianças que por assim dizer só obedecem por contrato, isto é, quando podem esperar um louvor ou um presente.

b) A experiência mostra que a vontade da criança só se inclina a obedecer a uma vontade forte. No tempo do grupo não foram os nossos ideais os companheiros mais inteligentes ou mais carinhosos mas os mais fortes e mais corajosos, mesmo que fôssem entre os últimos da classe. E é lógico. Como a inteligência se curva perante uma inteligência superior, assim a vontade perante uma vontade mais forte. Onde quer que a criança percebe esta vontade superior, ela se inclina, adere. Mostremos à criança esta vontade superior, e ela não terá repugnância em obedecer, mas antes — o que muito nos interessa — terá certa vontade de nos obedecer, porque se sente em boa guarda debaixo de nossa vontade forte.

Como faremos a criança sentir esta vontade superior? Em geral, fazendo-a ver e sentir que ela não poderá fazer nada contra a vontade do educador. Em particular: a) se o educador mantém com seqüência inquebrantável a sua vontade e mostra que em caso de necessidade está disposto a ir até ao fim; b) se o educador revela esta decisão em todo o seu porte até em seu exterior; c) se êle tiver coragem de exigir dos seus súditos, se fôr o caso, também coisas difíceis; e se tiver a capacidade e a energia necessárias para entusiasmar o educando.

a) Estão nos pregando a nós educadores, de todos os lados, em tôdas as tonalidades, a paciência. Mas duvidamos que todos êstes saibam em que consiste a paciência autêntica do educador. Consiste justamente

— em não permitir nada contra a obediência, para justamente assim acostumar a vontade da criança pouco a pouco ao seu dever;

— em estar sempre de atalaia, para ver se e como se executam suas ordens;

— em desaprovar sempre — no mínimo por olhar e rosto — que desaprova as atitudes de desleixo e de desobediência;

— em recommençar incansavelmente, tôdas as manhãs, esta tarefa;

— em nunca dizer que “não adianta nada mesmo, mas” . . . ;

— em inculcar o dever e a obediência cem vêzes de nôvo, com tanto fogo como se fôsse pela primeira vez;

— em não ficar só com palavras, mas em caso de reincidência, castigar inadiavelmente.

Justamente êste último ponto é que custa muita abnegação e sofrimento ao educador. Mas êle deve não ceder, nem por moleza, nem por desgosto, sob pena de tornar inútil todo o seu trabalho. Deus Nosso Senhor promulgou as suas leis no monte Sinai sob raios e trovões. Assim também a nós, educadores, não deve faltar o gesto imponente, a linguagem do trovão, o raio de castigos contra recalcitrantes. Pode-se dizer até: continuamente, como uma nuvem preta de temporal, prestes a descarregar bênçãos e desgraças, deve pairar a vontade do educador sôbre os seus educandos.

Se a criança se defronta com uma vontade de conseqüência e firmeza inabalável, então ela se torna dócil. . . ou foge para manter a sua vontade por lhe parecer resistência inútil. Sempre que um educador se queixa de desobediência e caturrice de seus alunos, é provável que lhe falte esta pertinácia exigente.

b) Ninguém se engane: exigir obediência parece fácil, mas no fundo é uma coisa bem difícil. Pois não pode ser uma coisa superficial, mas deve fazer vibrar todo o seu ser, o ser de quem manda! Até o exterior tem papel importantíssimo, muitas vêzes decisivo. Na domesticação dos animais selvagens na jaula importa o andar seguro, a atitude firme, o jôgo expressivo do rosto e, antes de tudo o mais, o raio da vontade dominadora que faísca dos olhos. Tudo isto não se despreze na “domesticação” de sêres racionais. Vários educadores não querem compreender isto, e diante da juventude descuidam a atitude necessária. Eis a primeira e quase certa causa de sua derrota. Não há meio mais seguro para perder o poder sôbre a vontade da criança do que um andar frouxo, um comodismo largado e aquêlo algo de bonachão no olhar, que lhes parece dizer: “com êste podemos-nos permitir tudo”.

c) A vontade superior e soberana se mostra finalmente em que o educador ousa exigir muito e que sabe criar ambiente e disposição para isto. Tôda a fraqueza da pedagogia moderna se revela justamente aqui, porque ela receia fazer exigências morais à juventude. E o pouco que ainda julga dever exigir não o exige prôpriamente, mas o pede, mendiga da insolência juvenil por meio de várias condescendências. O característico da nossa educação atual é uma grande moleza. Mas ela que quer preparar para a vida está assim: 1) em um contraste flagrante com a luta pela vida que tomou em nossos tempos formas tão repugnantes. (E a educação deve ser preparação para a vida. . . ?). 2) Mesmo abstraindo

disto, é evidente que um educador que tem a coragem de exigir muito de seus educandos, e que sabe alcançá-lo, mostra assim com evidência que sabe dominar a vontade da criança. E para êle não haverá dificuldade de exigir obediência nas coisas pequenas e comuns da vida cotidiana. 3) E ainda podemos afirmar mais: à medida que as justas exigências do educador aumentam, aumenta também em seus alunos a admiração crescente por êle, enquanto no caso contrário a qualificação de sua personalidade desce até ao desprezo. Quem como um general conduz qual outro Alexandre ou Napoleão o seu exército para a vitória ou a morte, possui o aplauso jubiloso da juventude.

2. *Inteligência superior*

A vontade do educador é poderosa, mas só quando guiada por uma inteligência superior. Não entendemos com isto uma vasta cultura livresca (que pode até ser prejudicial), mas compreensão da situação real e concreta, isto é, o juízo prático.

O educador deve saber: — com quem lida — o que a situação atual exige em cada momento — até onde poderá ir em suas exigências — quando deve estimular ou afrouxar — quando ficar firme, quando retirar-se para ganhar tempo.

Deve saber quais os recursos que êle tem à mão; deve saber quanta força êle mesmo possui e quais as qualidades que lhe faltam a fim de não começar uma tarefa que vá além de suas forças; porque nem todos podem tudo do mesmo modo ou ao mesmo tempo.

Também um educador deve saber esperar às vezes até lhe terem crescido novamente os cabelos de Sansão, por assim dizer. Há tempos em que a gente sente a força de tirar um mundo inteiro dos seus gonzos, em que nada parece impossível para a gente. É a hora de aproveitar, embora sempre ainda guardando um resto de força suplementar de reserva para tôdas as eventualidades. E há tempos em que a gente se sente fraco como uma criança: então é prudência contentar-se com um mínimo.

Eis o que entendemos por inteligência superior. É inteligência prática, porque na educação sempre se trata da reta razão do agir. O educador deve conhecer o fim e os meios que até lá conduzem. Se a criança tem a convicção de que o educador possui êstes conhecimentos práticos — e crianças são suficientemente espertas para saber o que lhes é realmente proveitoso — então ela o segue de boa vontade, mesmo quando exige coisas difíceis, assim como seguimos o guia alpino sem protesto quando nos conduz por caminhos íngremes e duros.

Mais não sabemos dizer sobre êste assunto. Não se admirem! É o juízo prático, o bom senso, que o educador necessita para a sua tarefa — e isto não se apreende como uma lição. Só, no melhor dos casos, ainda se aperfeiçoa pelo estudo e pela experiência. O estudo da pedagogia como tal não remedeia, às vezes piora, tornando a gente ainda mais insegura de si que antes, provocando dúvidas mesmo em pontos para os quais o bom senso inato mais banal teria encontrado a solução adequada por si mesmo.

3. *Bondade superior*

Por que não amor? Porque amor em geral é entendido como inclinação natural e sensitiva, e esta é muito mais nociva que útil para a educação; em especial quando amados por estranhos, mesmo supondo, como é lógico, que fique dentro dos limites do moralmente lícito.

Quem não ouviu falar do amor mimado de certos pais? Quem não sabe quanto é difícil usar de salutar energia para com crianças, pelas quais o coração bate com "amor", e não aborrecer os que não são os favoritos? Mas o que é o pior empecilho na educação: este amor procura naturalmente reciprocidade. Ai está o mal. O educador tem de renunciar a isto de uma vez para sempre, por força e lei de seu ofício. Pois só assim ele estará livre em sua ação, independente dos caprichos do educando, para ordenar e comandar sempre sem titubeio não aquilo que podia conservar e aumentar a simpatia da criança, mas unicamente o que for útil à sua educação.

O perigo não está somente do lado do educador, mas simultaneamente também ou melhor, mais ainda, do lado da criança. Nada pior para ela — a experiência o mostra — do que descobrir que o educador lhe está favorável. Agora ela crê poder fazer o que é proibido aos outros, pois sente-se como favorita. Desperta nela a vaidade de conseguir vantagens por adulação ou de afastar ordens desagradáveis com um retraimento amuado. Aquilo que a educação deveria extirpar, o egoísmo, está sendo favorecido mais ainda. E aquilo que deveria ser cultivado em sua alma, a submissão humilde, se perverte em orgulho, caturrice e egoísmo. A criança está malcriada.

Censurando pois na educação a severidade e o rigor desapiedado, não fique esquecido acrescentar que o amor cego é igualmente prejudicial. E como o amor é tantas vezes cego, mesmo nos pais! Por esta razão não falamos aqui de amor, mas sim da bondade. A bondade também é amor, mas amor desinteressado; procura o bem da criança na educação, mas sem esperar nem procurar — eis a diferença — como recompensa amor recíproco. Agora, dêste amor bondoso é que o educador necessita não só numa medida bem sacudida e cheia, mas transbordante: 1) a fim de que a criança não se ofenda com seu rigor, mas aceite até ordens severas e castigos, sem criar antipatia; 2) a fim de que ele se comporte sempre com igual amor e justiça para com todos, também com os menos simpáticos; 3) a fim de que por faltas, mesmo grosseiras, até acusações injustas, não se deixe ele indispor contra as crianças ou contra o seu cargo, mas procure vencer o mal pelo bem; 4) a fim de que cada criança se dirija a ele como a um pai, um tanto severo, mas afinal de contas bem cordial e benévolo, com toda confiança. Se esta qualidade de amor-bondade habitar na alma do educador, se ela se revelar em seu rosto, aquecer a sua palavra, e não se deixar amargurar nem pelas piores experiências, então ela é superior, soberana. Esta bondade força a vontade das crianças a obedecer com alegria; a sentir dor quando entristecerem o educador; a progredir pouco a

pouco até um certo desejo de agradar a êle com obediência perfeita. *Gaudium et corona mea* — poderá recitar com São Paulo.

Aprendamos isto de Jesus, amigo das crianças. Combatamos o nosso egoísmo, especialmente o ciúme. *Capitas non quaerit quae sua sunt.*

4. *Um exemplo superior*

Não vamos compor um catálogo de tôdas as virtudes do educador. Sem dúvida, nada mais feio que um educador que não faz êle mesmo o que exige dos outros. O que sua palavra constrói, o seu mau exemplo destrói. *Verba movent, exempla trahunt* — vale duplamente da educação.

Mas há mais. O educador deve tornar a virtude atraente, amável com seu exemplo. Não vá bancar aqui monge do deserto e austero asceta. Lembre-se da palavra paulina: "Sê alegre com os alegres". A criança gosta de viver e portanto gosta de ver tudo do lado alegre e feliz, também a virtude. Não vá estragar-lhe esta alegria com continuas críticas e com uma cara azeda. Mostre que um homem na graça de Deus é feliz. É o que São Filipe de Néri quis dizer: "podem rachar lenha sôbre minhas costas, contanto que não façam pecado". Pessoas doentes, mal-humoradas, desconfiadas, melancólicas, desanimadas, não são muito aptas para educação.

Em uma virtude deve-se distinguir o educador: no cumprimento consciencioso do dever. Quando a criança observa que o educador leva a sério o seu cargo; que êle pospõe seus interêsses e gostos pessoais; que êle é sempre o primeiro no lugar; quando o dever chama . . . então a criança vai também pouco a pouco tomar a sério os seus deveres. Mas se a criança vê que o educador faz tudo só pela metade; que êle manda mas depois não se interessa pela execução de suas ordens; que êle se guia pelo capricho . . . aí há pouca esperança, porque o discípulo não será melhor que o mestre.

Para a educação colegial ainda uma nota especial. É bem verdade que as prescrições da disciplina externa sômente obrigam os alunos. Mas se o superior educador ou prefeito por sua pessoa pouco caso faz, não é de admirar que seus súditos tentem fazer igual. Fale bem alto em todos os lugares em que os alunos têm de guardar silêncio. . . Chegue aos exercícios comuns sempre com atraso, porque o sino está chamando os alunos e não a êle. . . Não os cumprimente, quando êles o devem saudar. . . Sente-se em sua cadeira sem compostura, enquanto êles têm de sentar-se direito. . . em suma, faça sempre o contrário daquilo que o regulamento da casa dêles exige, porque êles é que são alunos e êle o superior, e êle será para todos os seus súditos um contínuo convite para desordens, despontualidade, descortezia, desleixo etc. *Forma facta gregis ex animo.*

Eis o segredo da autoridade, tão procurado por tantos educadores com tanta ansiedade. O que não é senão a arte de prender a vontade da criança. Quem souber tratar a vontade da criança de maneira cona-

tural e fazê-la sentir o pêso da sua superioridade pessoal de modo adequado, a êste não poderá faltar autoridade.

Verdade é todavia que tôdas as suas belas qualidades e todo o seu poder fascinador não lhe dão direito algum de exigir da criança obediência e submissão. Êste direito lhe dão os pais, e êles o receberam de Deus. Aqui tratamos sòmente das qualidades psicológicas. O direito de usá-las em relação a uma pessoa humana, vem de Deus; é poder divino. E isto a criança há de ouvir, até não permitir mais dúvidas que seu educador lhe fala com poder do alto, poder de mandar e exigir obediência.

A meta final

Há dois desvios possíveis na educação. Ligar e aprender a vontade da criança demais ou de menos. Culto da personalidade e obediência rija e militar são os extremos. O único acertado é ligar a vontade do educando cada vez mais firmemente com o seu objetivo final e, do outro lado, apoiar a livre vontade e fortificá-la até que seja capaz de alcançar a meta por si.

Há dois tipos de educadores: uns educam mecânicamente de fora para dentro por ordens e comandos; terminado o curso, cessam os comandos e o educando está sem guia e orientação. Os outros trabalham com arte de dentro para fora e depois podem retirar-se em paz; deixaram em seu lugar no educando um guia constante, a consciência. Será pois a primeira tarefa a formação da consciência, pelo ensino ético-religioso. Todos os livros de formação dão os pormenores. Desnecessário repeti-los aqui.

Em seguida procure o educador implantar no coração da criança a conscienciosidade, a docilidade em atender ao chamado da consciência. A criança conscienciosa tem sempre presente a vontade de Deus e procura observá-la, nos deveres grandes e pequenos. Se o educador conseguiu isto, resolve-se tudo o mais por si mesmo. Não fique esquecido, que os exercícios espirituais no estilo de Santo Inácio são um meio excelente para formar e para educar a consciência. Estudante dos 12 aos 20 anos estão em muito boas condições de entender o retiro espiritual, conforme mostra a experiência, e levam impressões duradouras.

Educação individual e educação coletiva

Um capítulo muito discutido. É todo um arsenal de acusações contra a educação colegial. É o subjetivismo dos pseudo-reformadores do século XVI que está penetrando agora na pedagogia.

Afirmamos que tôda educação é individual, e a educação coletiva em colégio com seu "rigor" e seu "mecanismo" é muitas vêzes individual em um grau muito maior do que em outros que se gabam dêste nome. Ve-

jamós: a) O individual não é levado de fora para dentro da criança, mas está dentro da criança. O educador se sirva daquilo como ponto de partida. Quantas árvores frutíferas crescem e frutificam no mesmo terreno, cada qual utilizando do chão os elementos convenientes e cada qual produzindo de acôrdo com a sua individualidade: maçã fica maçã, e pêra, pêra. Tudo o que o educador dá à criança é recebido por ela a seu modo. *Quidquid recipitur, per modum recipientis recipitur* — diz a Escolástica.

b) No colégio reina não somente nas coisas essenciais, mas também em muitas coisas secundárias, uniformidade. Mas isto não mata o indivíduo. Pois é justamente essa massa que torna necessário êste rigoroso regulamento. É esta multidão que melhor protege a criança em sua individualidade, porque impede ao educador de se ocupar demais com ela e assim prejudicar o seu desenvolvimento pessoal.

c) A divisão de trabalho, reinando na educação colegial, faz passar a criança por tantas mãos, que de veras não lhe pode faltar a possibilidade de desenvolver-se individualmente.

d) falta de individualidade é ao contrário o perigo onde o educador tem ocasião e lazer de se ocupar exclusivamente com seu educando. Certo que assim se tem ocasião de estudar a criança bem em seus dons e qualidades individuais, mas tem-se também a ocasião de a criança ficar totalmente a serviço das idéias do educador e violada em sua individualidade. Nenhum educador pode sair de sua própria pele. Curioso é todavia que algumas importantes figuras da história mundial — inútil dizer nomes — receberam educação individual exclusiva e foram justamente os piores lados de sua individualidade que lhes ficaram para o resto da vida. Talvez seja o revide, a reação espontânea contra a tentativa de os constringer dentro de formas repugnantes à sua natureza. Observa-se também em colégios que aqueles alunos que receberam atenção e cuidado especial da parte de educadores, mais tarde, se desviavam mais que outros.

Educação individual não pode consistir em soltar simplesmente as rédeas a gosto e capricho da criança — para quê então educação? — nem em pajear a criança. E sendo a meta final idêntica para todo o mundo, o caráter moral, só se trata da escolha judiciosa dos meios de educação conforme os dotes e temperamento do educando. Eis nossos princípios:

1. *Prevalece o bem comum da grande massa*

Em geral se pode dizer que os menores devem ser tratados matematicamente, os maiores paternalmente, e os grandes amigavelmente. Porém, em tudo quanto se refere à ordem e regulamento, deve valer com lei suprema para todos: severidade. Ou se prefere: disciplina. Mesmo os novatos devem ser tratados como se desde o princípio, desde o primeiro dia, já soubessem todo o regulamento. Só assim é que êles entram logo nos trilhos. O interesse pelo conjunto total exige que a gente se incomode

com as particularidades de alguns indivíduos o menos possível. Só quando a máquina da "ordem" funcionar bem, pode-se cuidar dos "detalhes". Antes, não.

2. *As várias divisões*

Entre os alunos das classes superiores e das classes inferiores deve ser feita uma diferença na vigilância. É censurável se o prefeito, para aliviar seu cargo, deixa os grandes praticamente entregues a si mesmos. Mas é igualmente censurável se êle os quisesse policiar, seguindo-os passo a passo, como aos pequenos. Para êles a vigilância ainda é necessária, em certos pontos mais que antes, mas deve ser feita de outra maneira: "assim que parece não ser mais necessária". Mas como? Aí vão algumas indicações:

a) O prefeito esteja presente entre os alunos de sua divisão. Mas agora mantenha ordem não pelo olhar vigilante de águia nem pela palavra de comando militar, mas pela sua simples presença. Esteja lá como qualquer um dêles, quando trabalham, trabalhando com êles, estudando com êles, recreando-se com êles. Mas êle deve saber, ver e observar agora como "de passagem" e com os ouvidos. Deixar correr o marfim à vontade é ingênuo.

b) Não somente no modo de manter a disciplina, mas também nas normas disciplinares deve entrar lentamente uma mudança. Em coisas secundárias — mas pensar bem antes quais são deveras secundárias — pode e deve entrar pouco a pouco mais liberdade. Mas em compensação, os pontos essenciais devem ser exigidos com mais rigor ainda, advogando razões superiores como autodomínio, lealdade, dever etc. Prevalece pois para os menores mais o secundário e acidental, porque ainda não são capazes de compreender o alcance e sentido das prescrições. Todavia entre os maiores deve prevalecer mais e mais a razão intrínseca das leis, normas e atitudes.

Nossos princípios para dirigir maiores são: rigorosa vigilância mas discreta, jamais de caráter policial; maior confiança, maior liberdade e trato amigável. Se classes superiores ainda não suportam tal regime, é de se temer que toda a educação esteja errada.

3. *Espírito da classe*

Cada classe, cada série, tem seu próprio termômetro, seu característico, que é criado pelos fatores da opinião pública entre êles. Descobri-los e, se possível, ganhá-los como auxiliares da educação numa classe, é para o prefeito uma tarefa importantíssima. Não sendo possível, e sendo sua influência má, então se trata de torná-los prudentemente impotentes. O que pode ser feito provocando resistência na classe contra êles. Mas isso é um jôgo diplomático perigoso e frequentemente não se consegue

mais do que intrigas ou guerra aberta. Resta portanto eliminá-los do colégio.

Para entender isto, é preciso saber: cada classe tem elementos bons e ótimos, maus e péssimos. Estes estão na minoria. Entre ambos está a indecisa massa anônima, a maioria. E esta maioria é boa ou má, conforme estes ou aqueles exercerem influência sobre ela. Se pois o educador não consegue ganhar para o seu partido os líderes maus, não resta outro recurso senão operar o abscesso. Proceda ele com cautela: procure pegar aquele que é o cabeça. Em geral é quem tem a melhor lábia ou as melhores notas ou temperamento turbulento. Eliminado este um, os outros que sobram, ficam novamente acessíveis a idéias boas.

Por isso deve-se fortalecer já nas divisões menores a influência dos bons. O prefeito apóie a estes contra os demais prudentemente; quando os castiga, cuide do prestígio deles; procure fornecer-lhes de certo modo uma formação especial. Há coisas que os educadores só por meio deles fazem entrar no espírito da classe. Porém deve-se evitar usar deles como secretas. Seria não só minar-lhes o seu prestígio na classe, mas também desmoralizá-los e expô-los ao ódio dos outros.

Classes sem feição característica existem também, em que não há ligação e união. Ai é difícil trabalhar. Falta a "forma" por meio da qual o educador possa injetar seu espírito. Pois, apesar de toda a educação individual, o educador quer inculcar-lhes o seu espírito, respectivamente o espírito do colégio. Justamente como o artista imprime o seu espírito nas suas obras.

4. *Influência individual*

Nosso conselho insistente: o educador não fique em suas observações boas ou más, na superfície, mas procure penetrar até à raiz, até à fonte. Só assim poderá julgar a criança com acerto e oferecer-lhe os meios adequados de se corrigir.

Outro conselho: seja imparcial em absoluto e julgue por aquilo que vê, não por aquilo que suspeita ou se imagina. O critério é a atitude da criança frente às prescrições disciplinares, do horário, do regulamento. Este critério não falha. Pois as provas são muitas e variadas demais para haver engano ou fingimento. E são provas sempre à mão, de modo que não é preciso usar de truques pedagógicos para ver as "reações". Naturalmente não deixaremos de conferir também outras observações em outros terrenos; todavia estas só poderão ser ocasionais. O grande critério do prefeito para julgar a sua gente deve ser a ordem, que ele tem de vigiar.

Exemplos. A criança não se aplica aos estudos por várias razões: talvez por ser fraca e doentia, por faltar-lhe talento, coragem e ânimo, por ser viva demais, talvez também pela fantasia já estragada ocupando-se com "outras" coisas, por não saber como se ajeitar no estudo, ou por ser preguiçosa e molenga. Claro, o julgamento e o remédio serão diferentes. Outra é aplicada e estudiosa por ambição, usa todos os meios, até

a "cola", estuda nas horas proibidas, estuda só as matérias de que gosta, estuda só onde tem sucesso. . . Indagar pois os motivos e não avaliar tudo pela mesma bitola.

E como na medicina não há remédio universal que cure todos os males, assim também na pedagogia. Uns apregoam o amor, outros a severidade, outros ainda a ambição, como remédio universal. São todos unilaterais e daí condenados ao fracasso. Mas talvez possamos dar algumas indicações úteis:

a) Aproveitar tudo o que a criança tiver de bom e útil. Úteis são as paixões; nocivas se tornam só pelo abuso. Muitas vêzes basta mostrar a uma paixão violenta a sua meta verdadeira para controlá-la. Esclareçamos a criança ambiciosa sôbre a honra verdadeira e autêntica. Conduzamos outra que anseia por amor à fonte de tôda a beleza e bondade, a Jesus Sacramentado. Façamos uma terceira que gosta do "dolce far niente" gozar a felicidade do descanso após o trabalho feito.

b) Descobrir a paixão dominante e colocá-la a serviço da educação, se possível. Caso contrário, combatê-la. Em especial seja lembrado que as paixões superiores, como curiosidade de saber, ambição, liberdade, bem reguladas, tornam-se alavancas fortes na obra da educação. Tal e tal sanco começou a subida espiritual, utilizando-se destas paixões naturais para dar partida. As paixões inferiores da sensibilidade devem ser combatidas e dominadas. Mas notemos bem: é impossível livrar-se de hábitos gravemente pecaminosos sem uma séria prática religiosa, pela qual o homem todo é fortalecido e elevado. Sômente algumas Ave-Marias recitadas na tentação não são vida religiosa.

c) Pegar a criança pelo lado mais fraco, isto é, o lado mais influenciável. As naturezas grosseiras, acostumadas a mandar, devem ser tomadas à unha, devem ser subjugadas com mão firme. Uma vez dominadas, são dóceis: encontraram seu mestre. Crianças mansas e suaves devem ser tratadas com brandura, mas progressivamente com mais firmeza também, para acostumá-las à vida. Aluno fraco nos estudos deve receber franco aplauso por um sucesso na aula. Aluno inteligente só de modo condicional, assim que fique satisfeito mas também não encontre motivo de se envaidecer. Negar-lhe todo e qualquer louvor seria injusto e seria anti-pedagógico.

d) Nada exige tanto a adaptação individual como os castigos. Castigar segundo uma escala mecânicamente fixada é condenável. Castigos que privam a criança de objetos necessários ou úteis, só com cautela e nunca habitualmente, por exemplo o jejum. Castigos devem ter uma força reparadora; então têm efeito medicinal. Portanto, trabalho por preguiça, silêncio pela loquacidade, jejum por comer fora da hora, atos de caridade por uma ofensa ou injúria, humilhação por orgulho, medir desculpa por insulto, castigo corporal por grosseirice ou sensualidade, etc.

e) Castigo corporal. Hoje em dia, em colégios, só com grande cautela ou, melhor, nada. Razão: a "fraqueza" da nova geração, o falso conceito de honra, a desorientação da opinião pública. Rejeitá-lo por princípio é uma crueldade para com aquelas crianças que só com castigo corporal compreendem e se corrigem. E crianças assim, há muitas.

E quem castiga? Os princípios da educação exigem que seja pessoa de tão grande autoridade — na família o pai — que a criança se sujeite de bom grado.

Castigar com raiva? Havendo perigo de ultrapassar os limites justos, então deve esperar. Mas no mais, é indiscutível que o castigo faz tanto melhor efeito quanto o educador faz sentir ao mesmo tempo a seu cliente tôda a sua indignação.

O sacerdote? Não lhe convém aplicar graves castigos físicos. Se fôr preciso castigo por meio de empregados, então talvez seja melhor devolver tal criança aos seus pais — mas não queremos decidir a questão.

Verdadeiros milagres produz o castigo corporal, mesmo mínimo, em crianças mimadas e molengas; nada ou antes o contrário resulta em crianças "batidas".

Finalmente: quem castiga, faça-o assim que produza efeito; senão, não castigue.

5. *A grande massa*

Acontece que com um bom número de crianças que lhe são entregues, o educador não sabe bem o que fazer de especial. É a grande "linha média", a massa neutra, nem boa nem má, não tem virtudes relevantes nem tem defeito; anda com a grande massa. O que fazer com elas? Nosso conselho é: deixar correr. O colégio lhes oferece os meios que em geral lhes satisfazem. Intervir somente quando necessário. Trata-se provavelmente da grande maioria. Ensinemo-las a se utilizarem dos meios educativos gerais do colégio e nada mais necessitam.

A individualidade não se forma, ocupando-se o mais possível com os educandos, um por um, mas dando-lhes a liberdade de escolher entre os meios educativos que lhes são oferecidos. E apresentemos-lhes uma bem rica coleção deles, tanto na instrução e cultura, como na formação.

Pela mesma razão não pode ser aprovado o limitar as práticas pedidas a um mínimo, sob o pretexto de que as crianças as devem praticar no colégio tal qual as possam levar consigo para a vida. Isto significa tornar-lhes impossível qualquer escolha individual. E a consequência não é uma religiosidade individual, mas uma indigência religiosa. Justamente tal sistema de salário-mínimo é a morte de todo *elan* pessoal, é "massificação".

Terminando

Lendo os tratados de pedagogia, tem-se a impressão que é possível fazer de qualquer criança algo de extraordinário, contanto que o educa-

dor esteja sempre à altura. Ora, isto não é verdade, de forma alguma, e para o bem da humanidade nem é necessário. Nenhum educador pode produzir o que na criança não existe — e na maioria das crianças não há muita coisa a buscar — e, se o pudesse, a humanidade teria talvez pouco motivo de agradecer por tais melhoramentos de certos pedagogos modernos.

Não é do extraordinário que precisamos, mas do ordinário, do cotidiano. Não do individual e pessoal, mas daquilo que tem valor e utilidade para todos, para a comunidade humana.

NOTAS:

— *As prescrições do regulamento, do horário etc. obrigam sob pecado?*

A solução do caso moral não afeta nem educador nem educando. Um artista não deixa de recorrer a um meio útil de sua formação só pela razão de não ter obrigação nenhuma a utilizar-se daquele. Neste ponto pecam não poucos, ensinando aos alunos-educandos imprudentemente que isto ou aquilo não é pecado, mas esquecendo-se do prejuízo imenso que tais maus conselhos causam ao educando e a todo o colégio pela falta de conscienciosidade. Aliás, o educador tem direito em certos casos de exigir obediência sob pecado, como substituto dos pais. E se a transgressão como tal em geral não é pecado, mas o motivo e sobretudo as consequências são frequentemente pecaminosas. Ou causar mágoa aos pais pelas notas baixas não é pecado? Ou tentar desmoralizar um educador ou professor metódicamente por chicanas, não ofende a caridade e a justiça? E assim em casos semelhantes.

— *Que dizer do auto-govêrno dos alunos?*

Recomenda-se para auxiliar a disciplina e para fomentar a personalidade e a iniciativa dos educandos.

Contra: O prefeito jovem tome cuidado de não começar com isto a sua carreira, enquanto não conhece bem a sua turma. Nem queira depois introduzir a coisa a seu talante, isto é, sem antes se aconselhar com seus superiores, pois o negócio não é brincadeira. O educador deve ter as rédeas firme na mão. Senão esta posição privilegiada de alguns produz facilmente demais, justamente o contrário daquilo que se desejava: produz orgulho, insubmissão, inveja, ciúme, falação, diz-que-diz-que, discórdia, desordem. Quem pensa poder arranjar para si assim um bom descanso, como prefeito, está bem enganado. Entre nossos alunos encontramos sempre certa repugnância contra este regimento de coalunos, embora obedecessem de boa mente aos seus superiores. E esta resistência ou repugnância nos parece corresponder a um sã sentimento pela ordem natural das coisas. O educador, como portador da autoridade divina, deve ter também o regimento nas mãos.

Pró: Não pretendemos negar que encerra um bom núcleo de verdade. Os alunos têm ocasião de auto-atividade. Aprendem a dirigir, comandar e dar ordens. Mais: o educador procure trabalhar na educação de todos com o auxílio dos alunos, especialmente dos mais velhos. Exemplo é novamente a família, em que os irmãos mais velhos também colaboram com os pais na educação dos menores. Reconhecemos que muitos diretores de colégios, receosos de perder sua autoridade, se colocam infelizmente demais em isolamento. Não se admirem que de fato fiquem sôzinhos e tudo contra êles.

Modo: Duvidamos que seja necessário criar organizações próprias para esta mútua colaboração entre educador e educandos. Se fôsse o único caminho, então sim. Mas consegue-se isto de um modo muito mais simples, muito menos pretensioso e muito menos perigoso. . . procurando interessar as classes maiores na manutenção da disciplina regulamentar. A saber: uma vez, um apêlo ao brio; outra, um tratamento afável de amigo; depois, uma concessão de certo direito de vigilância dos menores, especialmente na ausência do superior. Estas e outras coisas semelhantes prestam ótimo serviço.

A nós pessoalmente parece êste modo de auto-governo mais próprio para o caráter e a mentalidade da juventude e mais conveniente para salvaguardar a autoridade do prefeito. Notemos que se deve evitar a todo custo o erro: apoiar-se nas classes inferiores, porque os maiores dão muito mais trabalho. Aliás, seria mau sinal para a sua educação, pois nas classes superiores deveria recolher os frutos de sua educação.

Quem quiser o autogoverno escolar, não precisa importá-lo de longe. Está ao alcance de sua mão: as congregações marianas estudantis. Elas são com seus estatutos democráticos a realização mais natural do auto-governo. Mais que aquilo não é necessário. Ou existirá algo que mais garantisse a disciplina geral do que reunir-se sob a bandeira de Nossa Senhora para a prática da virtude? A autoridade do prefeito também nunca entra em conflito ou em discussão. Pois a congregação, quando é como deve ser, não lhe disputa o regimento da casa, mas antes lhe dá apoio e autoridade, exigindo dos congregados a obediência, virtude especial de um devoto de Maria Santíssima.

A lei fundamental da educação cristã: abnegação de si mesmo

Diz a Imitação de Cristo (1,25): "tanto progredirás, quanto te fizeres violência a ti mesmo". Palavra dura, mas verdadeira, que deveria estar escrita em letras bem grandes no portão de entrada de todos os institutos de educação. Já os melhores entre os antigos pagãos descobriram que o cumprimento do dever para o homem é impossível sem alguma renúncia e mortificação (*sustine, abstine*). Cristo confirmou a experiência humana com o signo da sabedoria divina.

Hoje em dia só se fala em independência, personalidade, individualidade. Fala-se daquele ambíguo "desenvolver-se", que na realidade nada

mais é que uma corrida louca atrás de todos os prazeres. A criança deve aprender sem esforço; quem se deve esforçar e se cansar é o professor. . .

Por isso, ensine-se e pratique-se a renúncia, que é particularmente importante para a mocidade por causa de sua exuberante vitalidade e porque os hábitos na juventude ainda se fixam e continuam agindo até à velhice. Demos tudo à juventude para a sua vida futura, tôdas as ciências e artes variiegadas, mas, sem esta arte de viver, então daremos à humanidade homens sábios, expertos, mas imprestáveis na moral. E, menos ainda, homens infelizes. Nem o prazer se pode gozar sem o sal da moderação.

Não esqueçamos o pecado original e suas conseqüências nefastas sobre o regime interno das nossas faculdades mentais. E, enfim, não queremos educar para um minimismo moral; queremos educar caracteres de valor, de elite. Não nos contentamos em afastar a criança só 5 centímetros do pecado.

Quais as renúncias?

1. Não se deve procurar o máximo de mortificações para os educandos. Para tal, num colégio, nunca faltam ocasiões; pelo contrário, são tantas que antes é mister algum esforço em diminuí-las que em aumentá-las propositadamente. Pelo menos, no que diz respeito à grande massa.

Dê-se, em particular, instrução àqueles alunos que particularmente necessitam da mortificação ou que podiam tirar especial proveito espiritual.

2. A primeira e a melhor ocasião é o regulamento diário. Se nós como confessores dissermos aos educandos que o regulamento não obriga sob pecado, tenhamos a bondade de acrescentar também imediatamente, na qualidade de educadores espirituais, que êle é a escola de treinamento para formar a vontade; e quem aí nada presta, também no "mais" ficará sempre um fracalhão moral.

3. As dificuldades da conveniência. Acostume-se a criança a não procurar sempre só os seus simpatizantes e amiguinhos, mas converse igualmente com todos, e que não se deixe desanimar por experiências desagradáveis. Diga-lhes que se devem "endurecer" na convivência; que não se devem assustar por qualquer palavra. O prefeito não ceda nisto. Eles devem aprender a se dar bem com todos. Escola para a vida.

4. Não deixe de animar também para a prática espontânea da mortificação, da renúncia cristã. O reino de Deus exige violência.

A prova de fogo da educação: iniciativa e independência

A contribuição da criança para a sua educação é a sua espontânea atividade e iniciativa. Esta naturalmente não começa só no último capítulo, mas já no primeiro dia. Educação não é acostumar a criança à obediência rija no colégio e, quando terminar o curso, soltá-la. Isto não seria difícil. Antes, correm duas linhas paralelas: a atividade do educador, que açam-

barcando tudo no começo, progressivamente diminui e finalmente se extingue, e a atividade da criança que vai aumentando, crescendo e finalmente continua sôzinha. A criança deve aprender não somente a obedecer mas também a trabalhar espontaneamente na sua formação.

O início é do lado do educador. A criança deve ficar "prêsa", "amarada" à vontade do educador. Qual doente à vontade do médico pela confiança, tal o aluno ao ensino do professor. Não só a palavra de ordem ou de conselho, mas tudo que proceder do educador deve ser-lhe norma de ação. Tudo o que nêle vê, o que dêle ouve, deve penetrar-lhe com força misteriosa pelo coração adentro e formar-lhe o caráter e as convicções. É uma tarefa bem pesada.

Se o educador de um lado é por assim dizer o tirano inexorável da criança, deve ser-lhe também ao mesmo tempo o príncipe encantado que lhe traz a liberdade. Enquanto está amarrando a criança com vínculos e laços a si, deve soltar-lhe também as rédeas e devolver à criança seu livre arbítrio. Mas como entender isto? Já durante a educação deve haver um curioso intercâmbio entre a vontade livre do educador e a vontade livre da criança — como que uma corrente alternada. Estamos encarregados de formar a livre vontade da criança. Ora, então deve-se praticar essa "livre vontade". O que nós lhe devemos tirar é evidentemente só a inclinação para o abuso da liberdade. E o que lhe temos de inculcar, e educar, é o reto uso da liberdade. Devemos pois dar-lhe ocasião.

Não resta dúvida que a entrega espontânea à obediência é uma ação de máximo valor moral. Mas a criança não está em condições de prestar uma obediência espontânea. Pois quanto mais forte e viril a personalidade do educador, tanto mais ela se sente atraída, e tanto maior o perigo que a criança, obediente ao mínimo aceno, não aprende a agir como um ser humano mas como um autônomo. Por isso, é mister dar ocasião de exercer-se no reto uso da liberdade.

Como? Deixando a execução de suas ordens ao seu livre arbítrio? De forma alguma. Dando ordens a executar, demos motivos e, como motivo, não demos nossa vontade mas o assunto, o objeto, a coisa de que se trata. É toda a arte de tratar a vontade humana. Dar razões. Assim a criança obedece, não por ser mandada mas porque assim deve ser feito. Tal qual os cachorros de caça no mato. Eles obedecem mas sentem-se livres porque o objeto da ordem e seus próprios interesses coincidem.

Esta "objetivação" da educação deve ter base moral. O educador vai mostrar a relação de tudo para com a vontade de Deus. E todos que trabalham no colégio devem tender para êste mesmo rumo. Professor e prefeito, confessor e diretor espiritual, todos devem guiar a criança para a vontade de Deus. Desta forma, o pêso central da educação passa aos poucos do exterior para o íntimo da criança. Ela começa a trabalhar em si mesmo, não por ser forçada, mas seguindo o impulso interno. Eis a auto-atividade verdadeira, justa e certa.

Para a prática, alguns conselhos concretos:

1. Estimular e aumentar o sentimento da própria responsabilidade. Lembrar a responsabilidade perante Deus. Não moralizando, nem sermoneando sempre, para dar uma palavra breve, instrutiva, animadora, de vez em vez.

2. Dar ocasiões de tomar iniciativas: não sobrecarregando com ordens e decretos, deixando propositadamente espaço livre para livres exercícios, o que é útil de modo especial no campo religioso. Não legislar tudo, mas animar, estimular e no mais deixar liberdade de escolha.

3. Não premiar nenhuma criança pelo bem que praticou. Menos ainda castigar pelo que não fez. Mas quanto mais liberdade, tanto melhor deve ser o olhar do educador para ver como a criança aproveita da sua liberdade (não espionar, mas observar diretamente ou perguntar).

4. Esta fiscalização não seja somente para evitar abusos mas também para certificar-se a que altura anda o trabalho da educação. Se a criança se movimenta na direção indicada pelo educador, mesmo então quando está livre, é sinal que o educador soube despertar o interesse objetivo da criança. Mas se ela procura desembaraçar-se o mais possível dos costumes, praxes e bons conselhos, não pelo desejo justo de descansar (por exemplo, nas férias) mas por "princípio", então o educador deve considerar seu trabalho até agora por perdido.

Todavía, falamos aqui da orientação geral. Pois o sentido religioso, o amor do próximo, a aplicação no estudo e outras mais virtudes não têm só uma maneira de se realizar e de mostrar, mas muitas. Se uma criança não vai sempre exatamente por aquele caminho que o educador indicou, então não há nisto sempre espírito de contradição. Talvez se mostre justamente nisso o interesse. Crianças muito independentes podem tornar-se bem incômodas para o educador, isto é verdade. Mas do outro lado também não se pode negar que estudantes que nunca têm outra coisa perante si que o manual da aula e não fazem nenhum passo fora do horário e fora do programa, às vezes mais tarde nada produzem. Falta-lhes o interesse e iniciativa. Não nos contentemos com os alunos "legais". Só onde reina liberdade, reina atividade e há esperança de independência.

NOTAS:

1. O mimo é um perigo real da educação colegial. Por isso, não aprovamos o negar-lhes o dinheiro de bolso, a mensalidade. Eles devem aprender o reto uso do dinheiro e a economia. As suas pequenas precisões devem ser arranjadas por eles mesmos. Eles devem saber quanto "custou". Não pôr tudo na conta e fazer pagar pelos pais. Esmola dada pelas crianças também não se põe na conta dos pais, mas é descontada da mensalidade pessoal.

2. Até aqui falámos sempre somente da independência moral dos alunos. Mas há também a independência externa, a segurança de si na vida social. É um assunto que na educação de internato requer trato e cultivo especial. Os responsáveis estejam cientes e atentos. Neste sentido é útil também a praxe centenária das representações teatrais pelos colegiais.

Os antigos jesuítas formaram com aquelas grandiosas festas escolares o senso estético e o senso religioso da sua juventude trazendo ao mesmo tempo variação agradável na monotonia do ensino. Mas elas são também as melhores e às vezes as únicas ocasiões para alguém se mostrar perante o grande público com segurança, de vencer a timidez, de representar pela primeira vez na vida um "papel" no grande mundo, nem que fôsse só sobre o tablado. Seria visão curta suspender êstes jogos cênicos, só porque estorvam o sossêgo e descanso. Exigem exceções do horário e do regulamento, tiram tempo do estudo, talvez até causem distrações (pedagógicamente!) perigosas para certo número de alunos-atores e dêem uma infinidade de amolações para o prefeito e seus auxiliares. Mas recompensam. Naturalmente nenhum excesso a custo dos estudos.

Agindo assim, ganhamos os "frutos" da educação: a liberdade dos filhos de Deus. A criança na família está livre? De forma alguma. Mas dentro da sujeição à vontade do pai, tem ela, no mais, ampla liberdade de agir e se mexer. Vale aqui: *ama et fac quod vis*.

O educador é artista, dizem. É título bonito. Mas é mais bonito chamá-lo de libertador. Ele liberta a criança da sua fraqueza inata e a introduz na terra da liberdade, onde ela é inclinada espontâneamente para o bem.

Libertador, Redentor é o nome de honra e distinção que o Filho de Deus desejou para si e conquistou. É também para nós, educadores, o melhor diploma.



No setor educacional, votar atenção especial às classes economicamente mais fracas, cuja importância crescente e cujo desamparo solicitam as atenções daquela Igreja cujo signo distintivo é: "Pauperes evangelizantur".

Vocações

Rezemos Pelas Vocações

**Radiomensagem que o Santo Padre dirigiu por ocasião do
Dia Mundial de Orações pelas Vocações (Domingo do
Bom Pastor)**

PEDI ao Senhor da Messe que envie operários para sua Igreja (cf. Mat 9,38).

Lançando o olhar ansioso sôbre a extensão sem fim dos campos espirituais verdejantes, que em todo mundo esperam as mãos sacerdotais, prorrompe do íntimo a ardente invocação ao Senhor, conforme o convite de Cristo. Sim, hoje como então, “a messe é grande, mas os operários são poucos” (ib. 9,37): poucos, em confronto com as necessidades sempre maiores da cura pastoral; poucos, frente às exigências do mundo moderno, aos seus frêmitos de inquietude, às suas necessidades de clareza e luz, que requerem mestres e pais compreensivos, abertos, atualizados; poucos, ainda, frente àqueles que, embora longe, indiferentes ou hostis, querem contudo no sacerdote um modelo vivo irrepreensível da doutrina que êle professa. E sobretudo são escassas aquelas mãos sacerdotais nos campos de missão onde quer que existam homens e irmãos a ser catequizados, socorridos, consolados.

Este domingo, que na Liturgia Romana toma do Evangelho o nome de Bom Pastor, oxalá veja unidas, numa única palpitação de preces, as falanges generosas de católicos de todo o mundo, para impetrar do Senhor os operários necessários para a sua messe. E para que êste Dia Mundial de Orações pelas Vocações sacerdotais e religiosas tivesse aquela ressonância que merece, quisemos dirigir Nossa palavra de incitamento a todos os Nossos filhos dilettíssimos, para que nenhum falte a um dever tão grave e responsável. O problema do número suficiente de sacerdotes toca de perto a todos os fiéis: não só porque dêle depende o futuro religioso da sociedade cristã, mas também porque êste problema é um claro e inexorável índice da vitalidade da fé e do amor de cada uma das comunidades paroquiais e diocesanas, e testemunho da saúde moral das famílias cristãs. Onde desabrocham numerosas as vocações para o estado eclesiástico e religioso, aí se vive generosamente segundo o Evangelho; aí existe sinal

que há pais fervorosos e bons que não somente não temem, mas se sentem muito felizes e honrados de dar os próprios filhos à Igreja; aí existem sacerdotes zelosos e fiéis, para os quais a continuidade do próprio sacerdócio é o primeiro e o mais importante programa de cuidado pastoral; aí sobretudo há adolescentes generosos e abertos, puros e corajosos, que, nutridos pela vida eucarística e sensíveis à voz de Cristo, sabem alimentar no seu jovem coração o desejo de servir um dia à Igreja e doar-se às almas por toda a vida, para reproduzir em si as feições do Bom Pastor e seguir fielmente suas pegadas.

Eleve-se pois ao Céu a nossa oração: das famílias, das paróquias, das comunidades religiosas, das enfermarias dos hospitais, do bando de crianças inocentes, para que cresçam as vocações e sejam conformes aos desejos do Coração de Cristo.

Rezaremos assim:

O' Jesus, divino Pastor das almas, que chamaste os Apóstolos para fazer deles pescadores de homens, atraís ainda a ti almas ardentes e generosas de jovens para torná-los teus seguidores e teus ministros: fá-los participantes da tua sede de Redenção universal, pela qual renovas nos altares o teu Sacrifício. Tu, Senhor, "sempre vivo para interceder por nós" (Hebr 7,25), abre-lhes o horizonte do mundo inteiro, onde a súplica muda de tantos irmãos pede luz de verdade e chama de amor; para que, respondendo a teu chamamento, prolonguem aqui na terra a tua missão, edifiquem o teu Corpo Místico, que é a Igreja, e sejam "sal da terra, luz do mundo" (Mat 5,13). Estende, Senhor, teu amoroso chamamento a numerosas almas de mulheres de coração generoso e puro, e infunde nelas a ânsia da perfeição evangélica, a dedicação ao serviço da Igreja e dos irmãos necessitados de assistência e de caridade. Assim seja.

Em sinal de particular predileção do Senhor por todos aqueles que, unindo-se à Nossa oração, oferecerão hoje ao Céu as suas súplicas, de coração damos a vós, diletos filhos e filhas, a Nossa propiciadora Bênção Apostólica, que de maneira toda especial estendemos a todos os sacerdotes, às almas consagradas e a todos, que nos seminários e nas casas religiosas, se preparam na piedade, no estudo, no sacrifício, para subir ao Altar, para ser um dia cooperadores da Ordem Sacerdotal.

* * *

Nota do Departamento de Vocações:

1. A tradução acima não é a oficial. Portanto, saindo a tradução oficial, seja ela a usada para a oração do Santo Padre Paulo VI.

2. Em número anterior da Revista, prometemos a próxima publicação da carta da Sag. Congregação dos Religiosos a respeito da Instituição do Dia Mundial de Orações pela Vocações. Visto ter sido ela publicada em várias revistas e termos dado nesta mesma Revista os pontos principais, achamos de maior utilidade publicar a Radiomensagem.

Queremos apenas acrescentar aqui as oportunas notas do Secretariado Nacional de Vocações Sacerdotais a respeito da celebração do Dia Mundial de Orações pelas Vocações. (N.B. — Certamente por um lapso, no texto impresso, que transcrevemos a seguir literalmente, foi escrito DIA MUNDIAL DAS VOCAÇÕES, em lugar de DIA MUNDIAL DE ORAÇÕES PELAS VOCAÇÕES, que é o nome oficial):

Em face da recente determinação do Santo Padre Paulo VI, instituindo o DIA MUNDIAL DAS VOCAÇÕES, e da proximidade da celebração do DIA NACIONAL DAS VOCAÇÕES, houve por bem Sua Eminência o Sr. Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, na qualidade de Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, consultado a respeito, ponderar o que segue, para este ano de 1964:

- 1) a aludida determinação pontifícia, segundo os termos vasados, é de caráter preceptivo, urgindo a sua execução de modo particular;
- 2) dada a proximidade das duas datas no Brasil, existe dificuldade real para a condigna celebração de ambas;
- 3) praticamente, poderão os Exmos. Srs. Bispos considerar-se desobrigados de celebrar o DIA NACIONAL, caso realizem a devida solenização do DIA MUNDIAL, cronologicamente anterior;
- 4) nada impede, entretanto, que, onde fôr possível, ambas as datas sejam devidamente celebradas.

Respeitosamente, em J. Cristo

VICENTE ZIONI

Diretor do Secretariado Nacional de Vocações Sacerdotais



“Entende-se por formação social o desenvolvimento harmônico das aptidões naturais e sobrenaturais que conduzam a pessoa humana à consecução de sua finalidade temporal e eterna, de modo que, através de convicções radicadas no ensino social da Igreja, sua sensibilidade social e conduta correspondam às suas exigências de sua dupla condição de membro do Corpo Místico e da Sociedade Civil”.

(Declaração do VI Congresso Interamericano de Educação Católica, em Santiago do Chile, de 7 a 16 de abril de 1956, citada em Guia de Formação Social, de PAULO DE OLIVEIRA, p. 21)

Note e Anote:

O GRAAL

QUE É O GRAAL? — É um movimento internacional de mulheres empenhadas no apostolado da Igreja. Procedem de culturas, povos e meios diversos, representando vocações complementares ao casamento e celibato cristãos. Nessa diversidade de apelos e de situações, o que as liga é o desejo mútuo de se unirem a Cristo na obra da redenção do mundo e de se consorciarem num afã coordenado para fazer penetrar o espírito do Evangelho no mundo atual.

ORIGENS — O Graal foi criado em 1921, nos Países Baixos, pelo Revmo. Padre Jacques Van Ginneken, S.J., lente de lingüística e psicologia na Universidade de Nimègue e um dos animadores da primavera apostólica da Holanda entre as duas guerras. Brotou de um grupo de estudantes católicas holandesas que, sob sua direção, quiseram dar a vida pela conversão do mundo, apesar de permanecerem leigas.

HISTÓRIA — As primeiras filhas que compartilharam o ideal do Fundador agruparam-se em equipes e encetaram o trabalho *in loco* num ambiente não-cristão.

Em 1928, quando os membros de uma equipe, que se preparara para seguir para a Indonésia, foram procurar o nôvo Bispo de Haarlem, Mons. Aengenent, êste lhes pediu instantemente que revogassem suas tenções e começassem pelo mister da juventude feminina da Holanda. Obedeceram e lançaram uma Organização de Juventude Católica denominada Graal que, rãpidamente, incorporaria milhares de jovens de todos os meios. A composição tornou-se um trampolim para efetuar o escopo concebido desde os primórdios.

O Graal é solicitado por vários prelados como movimento de apostolado e estendeu-se à Grã-Bretanha (1932), Alemanha (1932), Austrália (1936) e Estados Unidos (1939). Em cada um desses países, tal forma de apostolado do laicato feminino, em correspondendo completamente às exigências da época, prova ser o terreno onde germinam cada vez mais vocações especificamente missionárias.

DESENVOLVIMENTO — Em 1946, Mary-Louise Tully deixou os Estados Unidos para levar o Graal para a China; porém, não pôde ir além de Hong-Kong. A ela se associaram dois membros da Austrália para trabalharem nos meios femininos da região e junto aos refugiados que irrompiam cada dia mais e, ao mesmo tempo, colaborarem ativamente nas publicações em inglês e chinês do *Catholic Center* de Hong-Kong.

Em 1947, Elisabeth Allard fundou o Centro de Formação Missionária de Ubbergen les-Nimègue. Mças especializadas no plano profissio-

nal — sem vocação de vida totalmente consagrada, mas desejosas de se porem ao serviço de um país de missão — recebem, no decurso de seis meses de internato, uma formação adaptada e partem em seguida por equipes, por 3 a 5 anos. Mais de 120 seguiram para a Indonésia, Nova Guiné, Paquistão, Brasil, Suriname, Uganda, antigo Congo Belga. Ao mesmo tempo que exercem a profissão, criam com mulheres autóctones centros locais de educação: escola de parteiras e de enfermeiras, etc.

Simultaneamente, o Colégio Comunitário Internacional de Grailville fundou um centro do mesmo gênero, de onde vários leigos e um casal partiram para a África do Sul. Tornou-se "The International Institute for Overseas Service" em Brooklyn, enquanto se abriu em Nova York "The International Student Center", onde mças da Ásia e da África que lá estudam vivem em comum e se esforçam em procurar uma solução cristã para os problemas de seus países, ao mesmo tempo que se preparam espiritual e humanamente para suas responsabilidades apostólicas futuras.

Em 1947, o Graal foi fundado no Brasil, depois no Suriname. No ano seguinte, na Indonésia onde se constituirá numa equipe internacional proveniente da Austrália, França e Estados Unidos. Aí, sobretudo em contato com meios acatólicos, estão no cerne de seu ideal missionário. Em Sukabumi, abriram um centro de educação de cultura para as mulheres de organizações indonesianas. Em Semarang, o Graal anima um pequeno centro de vida comunitária com jovens não-cristãs e colaboram nas atividades em prol da educação da mulher e na sua promoção para a vida moderna social e cívica.

Enfim, em 1951, é a África. Primeiro Johannesburg onde foi rapidamente erigido um foco de influência para os meios femininos tão complexos e tão diversos da África do Sul: "week-ends" e sessões, encontros e debates inter-raciais, trabalho paroquial.

Alguns anos mais tarde, o Graal entrou em contato com a Universidade Católica Africana de Basutolândia, onde uma jovem americana foi admitida como estudante, enquanto outra obteve o encargo da sede das estudantes. Por sua vez, algumas entre as estudantes africanas partiram munidas de uma bolsa de um ano, para o Colégio de Grailville, onde receberam as bases de uma formação apostólica.

Desde 1953, o Uganda e o Congo, depois do Egipto; recentemente, o Ruanda-Urundi e o Tanganika. Em Uganda, o Graal tem agrupado, atualmente, o conjunto de seus centros de atividades e de equipes no "Graal Medical, Social and Educational Service". Em 1963, a Doutora Madalena Oberhoffer foi nomeada Presidenta Internacional; Dolores Brien e Bénédicte Milcent, Vice-Presidentas, e instalam o Secretariado Internacional do Graal em Paris.

FINALIDADES — O Graal quer:

- despertar, em geral, no meio feminino, uma consciência mais aguda de responsabilidade própria na atualização da mensagem da Redenção;

- contribuir, na preparação das mulheres nessa tarefa, oferecendo uma formação adaptada às possibilidades de cada uma, baseada antes na experiência vivida do que no ensino teórico, e haurida nos tesouros que a Igreja oferece aos leigos na Palavra e nos Sacramentos;
- oferecer uma estrutura e uma organização pelas quais os membros possam coordenar e coadjuvar seus esforços no apostolado dos leigos sob tôdas as formas;
- fornecer meios de colaboração entre as mulheres de tôdas as culturas e confissões face ao desenvolvimento harmonioso dos povos.

ESTATUTO CANÔNICO — O Graal é uma "pio unio" e não procura se tornar um instituto secular. Canonicamente, depende sempre do Bispo de Haarlem, nos Países Baixos.

Compõem-se de três elementos: 1) membros do núcleo, estáveis e permanentes, que fizeram promessa definitiva e que são em número de 261; 2) membros celibatários (em número de 1 540); 3) membros casados (em número de 1 034).

FORMAÇÃO — Varia segundo os países e o grau do compromisso. Porém, o cuidado precípua do Graal é de dar a tôdas as participantes uma base comum de orientação espiritual baseada na Escritura e na Liturgia, exteriorizando-se no compromisso apostólico. Na medida do possível, tal formação comporta um ou vários períodos de *residência* num centro de formação. Essas etapas variam de dois ou três meses a um ou dois anos. São destinadas àquelas que vêm sua vocação no casamento como às que se sentem chamadas à virgindade. Evidentemente, há também fases de aperfeiçoamento em comum para aquelas que farão parte do núcleo.

Em geral, o Graal não se encarrega diretamente da formação profissional ou técnica; os membros adquirem-na antes nas instituições existentes, religiosas ou civis. Esforça-se sobretudo em ajudar os componentes a integrarem os tempos de formação técnica na vida espiritual e apostólica.

ATIVIDADES — O gênero de trabalho empreendido pelas equipes do Graal varia conforme as necessidades e possibilidades das situações. De modo geral, tem por princípio encorajar a plena contribuição da mulher na Igreja e na sociedade. Um esforço simultâneo nos vários setores é muitas vezes exigido, o que é facilitado pelo trabalho em equipe. Certos indivíduos concordam em servir durante alguns anos em outro país onde a profissão ou experiência podem ser úteis, num espírito de colaboração fraterna entre os povos e como testemunho da catolicidade do apostolado da Igreja.

Eis alguns exemplos do trabalho das equipes na hora atual:

- sessões de formação espiritual e prática de apostolado;
- curso de formação visando um tempo de serviço no exterior;

- educação dos adultos e formação de quadros para as mulheres do Terceiro Mundo;
- serviço médico, social ou educativo;
- atividades culturais e recreativas para mães e lares;
- participação na obra ecumênica por meio de programas de formação, centros de encontros e serviços variados;
- formação religiosa segundo o espírito e métodos do movimento catequético moderno;
- programas e serviços diversos para estudantes residindo no exterior.

ORGANIZAÇÃO — Em cada país onde o Graal se estabelece, a tarefa é coordenada por uma Presidenta Nacional ou por uma Responsável. A Presidenta Internacional e duas Vice-Presidentas são encarregadas de dirigir o trabalho do movimento no plano internacional.

Aquelas que dêem participam, aceitam livremente e de todo o coração tornar seus o espírito, as finalidades e exigências, em união com os outros membros e em espírito de lealdade para com as responsáveis.

Como já vimos, o movimento compreende um núcleo de participantes efetivas que, sob a autoridade da Presidenta Internacional, se tornam inteiramente disponíveis para o serviço do empreendimento no seu conjunto e lhe asseguram a continuidade e autenticidade espirituais.

As participantes, casadas ou solteiras, expressam a adesão por uma “promessa” escrita ou oral. Compartilham a formação e ação comum do Graal segundo suas possibilidades; trabalham todo o tempo ou em horas feridas com uma das equipes ou procuram realizar seu ideal onde se acham através do contato regular com as demais.

Tôdas juntas formam o movimento do Graal e são responsáveis pelo espírito, pela ordem prática e mesmo financeira. As celibatárias, as casadas, os membros do “núcleo” colaboram numa apreciação mútua de suas predestinações diferentes e complementares e procuram assim realizar todo o cumprimento da vocação feminina leiga na época atual na Igreja.

ENDEREÇOS PRINCIPAIS — O Secretariado Internacional acha-se há pouco em *Paris*: 22, rue du Dr. Germain Sée, Paris XVIème — Tél. Bagatelle 05-70. — *Alemanha*: 433 Mülheim (Ruhr) — Speldorf, Duisburgerstr. 470 — Tel.: 51647. *África do Leste*: Box 14130, Kampala, Uganda. Tel.: 64203. — *África do Sul*: 15 Judith St., Observatory, Johannesburg — Tel.: 43 1604. — *Austrália*: “Tay Greggan”, 30 Yarra St. Hawthorn, E 2, Victoria — Tel.: 81.5864 — *Brasil*: Rua Cardoso de Almeida, 313, São Paulo. — *Burundi*: Boite Postale 739, Usunbura. — *Canadá*: (temporariamente) c/o Somerville, I Cawthra Sq. Toronto 5, Ont.

(Tradução do francês de “Le Graal” — Documents UMC/XXI, março de 1964 — Conférence Religieuse Canadienne)

CRB Informa...

CRB-Nacional — A fim de participarem da REUNIÃO DAS SUPERIORAS MAIORES DO NORDESTE efetuada de 1 a 7 de maio último, estiveram presentes no Centro de Treinamento de Ponta Negra, perto de Natal, RN, 30 religiosas provinciais (ou suas delegadas) do Nordeste pertencentes a 27 congregações. Havia 9 superiores maiores de Pernambuco, 6 do Ceará, 4 do Maranhão, 2 da Guanabara, 2 da Bahia, 1 do Piauí, 1 de Alagoas, 1 do Rio Grande do Norte, 1 de São Paulo e 1 do Estado do Rio.

O programa da dita Reunião, versando sobre o *planejamento de formação religiosa e o apostolado das respectivas províncias*, apresentou os seguintes principais temas: 1) "Apelos da Igreja de hoje à vida religiosa", por Dom Eugênio; 2) "Revolução: restauração ou prazo para reforma?", por Pe. Ávila; 3) "Comunidade Religiosa, célula escolhida do Corpo Místico de Cristo", por Pe. Ávila; 4) "Visão eclesial e escatológica dos votos", por Frei Tepe; 5) "Realidade Nordestina", por Dom Eugênio; 6) "Realidade das comunidades religiosas no Nordeste", por Irmã Lúcia; 7) "Formação apostólica da religiosa", por Irmã Antonieta; 8) "Introdução à Pastoral de conjunto", por Pe. Tiago G. Cloin; 9) "Recrutamento", por Madre Escobar; 10) "Planejamento 1963 e Ação 1964", por Madre Tórres.

Foi uma semana de estudos digna de particular interesse. Estêve sob a orientação de S. Ex.^a Dom Eugênio de Araújo Sales, responsável pelo Secretariado Regional do Nordeste, bem como do Revmo. Frei Valfredo Tepe, O.F.M., chefe da equipe do Movimento Mundo Melhor do Nordeste, e do Padre Secretário-Geral da CRB.

● De 31 de março a 5 de abril último, realizou-se em Lisboa o II CONGRESSO NACIONAL DE RELIGIOSOS DE PORTUGAL, tendo por tema *A Vocação aos Estados de Perfeição*. Vários pontos foram estudados dentro desse tema: Recrutamento de vocações; Critérios de seleção; Formação das vocações.

O Congresso foi coroado de êxito. A êle compareceram mais de 1.300 congressistas representando tôdas as ordens e congregações religiosas da Pátria-irmã. A sessão de abertura estiveram presentes o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa e o Sr. Núncio Apostólico; na de encerramento, dignou-se presidir o Sr. Cardeal D. José da Costa Nunes, da Cúria Romana, além de altas figuras representativas do Governo e da Igreja em Portugal. Como ápice do programa, o mesmo ilustre purpurado celebrou depois solene pontifical a que assistiu também o Presidente da República.

O Departamento de Vocações da CRB aproveita a ocasião para agradecer à Comissão organizadora do dito Congresso que gentilmente nos enviou todo o documentário a respeito de tão significativa realização.

CRB-SP — Fundados em boa hora pela CRB-Nacional, vêm o INSTITUTO DE PASTORAL e o INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS MATER CHRISTI desenvolvendo suas atividades normalmente, de forma cada vez mais animadora e sempre de acôrdo com as diretrizes da Santa Sé.

Freqüentam, êste ano, o Instituto de Pastoral 24 padres pertencentes a 9 congregações diferentes. No Instituto Mater Christi há uma classe com mais de 40 alunas distribuídas por três turmas. Várias das terceiranistas já estão dando aulas em suas casas, para noviças e junioristas. Está obtendo muito sucesso também o Curso das Superiores que, em número de 90, ali vão, tôdas as târças-feiras, receber aulas de Direito Canônico, Teologia Espiritual, Liturgia e Psicologia. É de esperar que no segundo semestre se comece a ministrar ainda um Curso de Filosofia.

CRB-RS — Na ânsia de satisfazer às necessidades espirituais das religiosas do Rio Grande do Sul, vem esta seção estadual da CRB esforçando-se por proporcionar a elas vários RETIROS. Damos a seguir notícia de alguns locais e a data respectiva, para conhecimento das interessadas:

Passo Fundo, de 15 a 22 de julho; *Pôrto Alegre*, um de 19 a 26 de julho, para superiores de casas de educação, e outro de 7 a 14 de agosto, para superiores de hospitais e casas que não sejam de educação; *Santa Maria*, de 10 e 17 de agosto. Os retiros duram seis dias.

● Ainda sob o patrocínio de nossa seção estadual, o INSTITUTO MUSICAL GREGORIANO de Pôrto Alegre realizará, de 16 a 26 de julho, a VI Semana Gregoriana, para musicistas e regentes de côro, no Colégio Sévigné. No programa constará: Canto Gregoriano, para os quatro anos; canto pastoral; estudos sôbre a Constituição da Sagrada Liturgia, e técnica vocal. A taxa é de Cr\$ 2 500,00.

● Nos dias 5, 6 e 7 de setembro haverá um CURSO PARA IRMÃS FARMACÊUTICAS, em Pôrto Alegre. Dois dias serão de estudos, debates, orientações etc. e um, de recolhimento. Programa, taxa de inscrição etc., será tudo enviado aos hospitais em fins de julho ou princípios de agosto.

Parabéns, Padre Víctor Steffen, S.J., DD. Presidente da CRB-RS!

Recensões Bibliográficas

Deus, As mais belas afirmações em prosa e verso, colecionadas por J. Pantaleão Santos, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1963, 174 páginas.

Verdadeira teologia, páginas de cultura e beleza sob o bafejo da poesia, sem faltar ao colorido da verdade, eis a obra que convém ler vagarosamente, como se se tomasse uma dose cada dia, onde a meditação, oração mental de real proveito, nos periuma a consciência e ilumina a alma através do estilo sintético de um pensamento ou de um verso. De Florence Bernard a Kepler circula um verdadeiro poema dirigido à prece, à investigação da nossa suprema causa e finalidade, onde a filosofia pura destila, nos mais rápidos conceitos e supera tôdas as dissertações enfadonhas que pude sem traduzir a riqueza da verdade sôbre Deus, tão necessária à alma, como o alimento que todos os dias em nós se transforma no mesmo sangue onde se veicula a vida.

Reais palavras que merecem ser lidas, estudadas, meditadas e, por que não dizer, "saboreadas" sob esse encantador estilo de colorir com a poesia a cintilação da verdade. Se a poesia dos homens é retratada nas menores encenações da natureza, que se exprime até num beijo do luar nas praias renhadas de espumas do nosso litoral, a poesia de Deus é o cintilar da verdade. Virgílio, o poeta latino, afirma: "Deus é para todos". Quem se oculta sob as letras A.C. assegura em garboso soneto: "E vós, incrêus, provai-me se é possível haver o mar, os astros o infinito, sem haver Deus! Dizei-me se isto é crível? — Não! Deus existe". Embora hoje a ciência (de-

veria dizer: a falsa ciência) se levante, chamando-o simples Mito, a Natureza atesta-lhe a existência. E Santo Ambrósio: "O inimigo de Deus não pode ser amigo do homem". Francisco Mangabeira: "Deus onipotente não nos obriga... e é de fato a antítese do ditador"! E o Doutor William Brown Wille brilha ao atestar: "Tornei-me mais convencido do que nunca de que a Religião é a coisa mais importante na vida, e que é *essencial para a saúde mental* o Remédio Divino"! É belíssimo o epitáfio do Cons. Copernico, ressumado de profunda humildade comovedoramente salvífica e bela: "Não vos peço, Senhor, a graça de Paulo, nem o perdão de Pedro; suplico-vos que me deis sômente a misericórdia que dispensastes na cruz ao bom ladrão". Que prazer ler testemunhos como o de Antero de Quental: "Buscou quem não o quis; e a mim que o chamo, há de fugir-me, como ingrato filho? Ó Deus, meu pai e abrigo! E espero!... Eu creio! Antero". E Guerra Junqueiro: "A implacável, a rígida ciência, Deixou-me unicamente a Providência, Mas, deixando-me Deus, deixou-me tudo". Como aque e nossas almas ler em Farias Brito: "Negar a Deus: é negar a razão do mundo". Diz o grande filósofo brasileiro (1863-1917): "Deus é o ser uno e completo do qual tudo sai... e todo pensamento; imóvel e eterno; energia em tudo presente e na qual existir é pensar e pensar é criar". Enfim Lamarck, o soberano biologista, dá-nos o seu retrato indiscutível: "Tôda a nossa admiração e tôda a nossa veneração se devam dirigir ao seu su-

blime Autor". E magistralmente: "Alguns pensavam que a natureza era o mesmo Deus; que absurdo! Confundiram o relógio com o relojoeiro, a obra com o autor".

Este livro é uma antologia de Deus, teologia ao sabor de todos. Nêle encontrarão os inquietos, os frustrados e os realizados, os santos, os pecadores e os sábios, motivos para *um tratamento* se pode dizer *experimental* de Deus, sentindo-o presente nas claridades de aurora da ciência que prestigia e nas luzes fulgentes da verdade que redime, conforta e ilumina nossos caminhos para atingir a paz da consciência e a certeza da salvação. Se o amor de Deus é a garantia da salvação, a sua meditação e o seu conhecimento por nossa parte é receita de Deus em nossa vida e semente-germe de nossa gloriosa imortalidade. O pensamento de Deus e em Deus transfigura o homem e lhe dará o sentido da grandeza que se deixa apalpar sensivelmente na visão clara das almas devotas e na sa-gração dos afetos dos verdadeiros eleitos para a glória que não termina.

CAP. FRANCISCO DAS C. GURGEL

WALDOMIRO OTÁVIO — *Arte de Falar* (Manual prático de retórica para os cursos colegiais; escolas normais e seminários, Editora Vozes Petrópolis, 1963, 1 vol. br., 185x130 mm, 216 pp.

É um manual prático de Retórica para os cursos colegiais, escolas normais e seminários. Não há pretensão senão de ajudar a falar em público, mormente não havendo, em nossa literatura didática, obra com tal finalidade.

O objetivo cominado foi atingido. Simplicidade, clareza e suficiente exemplificação são qualidades dominantes do livro tornando-se, deste modo, um bom auxiliar para quem deseja adquirir a arte de falar em público. Embora a arte de falar seja antes de tudo, um dom da natureza, tal dom precisa cultivar-se, donde a utilidade dos livros como este.

Em apêndices êle trata: I — *Notícias sôbre os maiores oradores*, apresentando Demóstenes, Cícero, Crisóstomo e Vieira; II — *Os mais célebres discursos, citando a 1ª Catilinária, Homília em prol de Eutrópio, Lincoln em Gettysburg, Sermão pelas armas de Portugal*; III — *Dois notáveis oradores brasileiros*, a saber, Dom Aquino e Carlos Laet.

"Um dos préstimos inestimáveis do livro de W.O. está em que nos apresenta exemplos dos melhores oradores" — lê-se na segunda aba.

I.J.D.

IRMÃO IGNACE THIRY — *Irmãos Maristas Mártires na China*, tradução do original francês pelo Ir. E.L.S., Editora do Brasil, São Paulo, 1962, 1 vol. br., 210 x 140 mm, 140 pp.

É um pequeno opúsculo em que o Irmão Ignace Thiry, Marista, relata rapidamente a ação apostólica dos Irmãos de seu Instituto, na China, desde que ali se estabeleceram em 1891. Depois de uma sintética descrição da imensa China, fala do estabelecimento dos Irmãos em diversos lugares desse país.

Trata particularmente dos "bo-xeurs" em 1930 e dos mártires que causou, bem assim do massacre de Nã-chang em 1906, para entrar na era comunista e referir-se especialmente aos acontecimentos modernos, cheios de tristes peripécias e arruinamento da obra missionária marista, com o martírio de alguns Irmãos, o aprisionamento de todos e a expulsão dos estrangeiros, após terem suportado atrozes sofrimentos.

São páginas de glória e páginas da monstruosidade comunista. Páginas que se lêem avidamente, excelente alimento para as almas generosas e testemunho de santidade animando os que crêem e confundindo os que não crêem. Estamos em nova era de mártires. Em sua falange os maristas se orgulham de terem muitos de seus confrades.

I.J.D.

LIVROS

Da Livraria AGIR, Rio :

FERNANDO ACHILLES DE FARIA
— *Como Aprender Melhor*,
vol. 4.º da Col. "Escola e
Vida", 1963, 1 op.br., 215x140 mm,
64 pp., Cr\$ 300.00.

CALVIN B. HOOVER — *A Economia,
a Liberdade e o Estado*, trad. de
Sigrid F. Godolphim e Waldir
C. Godolphim, 1964, 1 vol.br.,
240x170 mm, 328 pp.

Da Editôra Vozes, Petrópolis, RJ :

FREI LUÍS MARIA ALVES SARTORI,
O.F.M. — *A Vida do Semente
que morreu*, s.d., 1 vol.br., 185
x130 mm, 256 pp.

OTTO ZIERER — *História da
América*, I vol., trad. de Hum-
berto Weil, 1964, 1 vol.br., 185x
130 mm, 260 pp.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II — *Constituição sôbre a
Sagrada Liturgia* (edição bilín-
güe), 1964, 1 op.br., 220x145 mm,
80 pp.

MONSENHOR JOAQUIM NABUCO
— *Os Bronzes das Nossas Tôr-
res* (Introdução à ciência da

Companologia), 1964, 235x160 mm,
1 vol. br., 96 pp.

*Pedagogia e Didática do Catecis-
mo* (Plano de trabalho para for-
mação de catequistas), trad. e
adaptação sob a responsabilidade
do Instituto Superior de Pastoral
Catequética da CNBB, 1964, 1 vol.
br., 220x150 mm, 144 pp.

Santo Antônio Maria Zacaria, 2.ª
edição, 1964, 1 vol.br., 220x145 mm,
96 pp.

Sôbre a Cúria Romana, Alocação
"Quali Siano" (Doc. Pontifícios
n.º 142), s.d., 1 op.br., 175x120
mm, 22 pp.

Os Sete Sacramentos de Cristo
(Vozes em defesa da fé — cad.
n.º 39), s.d., 1 op.br., 180x125 mm,
40 pp.

*O Santo Sacrifício... A Missa
Católica* (Vozes em defesa da
fé — Cad. n.º 40), s.d., 1 op.br.,
180x125 mm, 32 pp.

*Mas você compreende realmen-
te a Bíblia?* (Vozes em defesa da
fé — Cad. n.º 41), s.d., 1 op.br.,
180x125 mm, 40 pp.

*Sim... A Mãe de Deus ajudá-lo-
á* (Vozes em defesa da fé — Cad.
n.º 42), s.d., 1 op.br., 180x125 mm,
56 pp.

REVISTAS

Do Brasil :

Convivium — abril 1964, São
Paulo.

Límiar — abril 1964, Rio de Ja-
neiro.

Sponsa Christi — maio 1964, Pe-
trópolis, RJ.

Vozes — abril 1964, Petrópolis,
RJ.

Do Exterior :

Cahiers du Clergé Rural — abril
1964, Sèvres (França)

Itinerarium — jan.-março 1964,
Braga (Portugal).

Prêtres diocésains — abril 1964,
Paris.

Rivista delle Religiose — abril
1964, Roma.

*Rivista di Pedagogia e Scienze
Religiose* — jan.-abril 1964, Turim
(Itália).

Se Vuoi — n.º 2, 1964, Castel-
gandolfo (Itália).

Vida Religiosa — março-abril
1964, Madri.

Vinculum — jan.-fevereiro 1964,
Bogotá.